

ACTA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

8.^a

Aos trinta dias do mês de Abril do ano dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Primeira Secretária e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarenta e nove elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, José Luís Cordeiro, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Maria Zita Rodrigues França Costa, Carlos Alberto Telo Figueira, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Óscar António Preto Castanho, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Elisiário Emílio Cancela, Carlos Alberto Azevedo, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Francisco Augusto Batista Cordeiro, Vítor Manuel Purrulo Madaleno, Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Afonso Henrique Pinto Martins, José Carlos Ferreira Lopes, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Belarmino Silvestre Pinto, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora, Alzira Prazeres Paulo Afonso e José Joaquim Campos. -----

-----Foi justificada a falta aos Deputados Municipais José Maria Preto, Alfredo Justino Ribeiro, Pedro Miguel Coutinho Monteiro, Tiago Calejo das Neves Varandas e Francisco dos Santos Neto. -----

-----Não apresentaram justificação os Deputados Municipais Carlos Manuel Lourenço Luís, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca e Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Presidente da Junta de Freguesia de Vale da

Madre. -----
-----Renunciou ao mandato o Deputado Municipal Mário Humberto Afonso. -----
-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----
-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----
-----1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior;* -----
-----1. 2 *Informação da correspondência recebida e expedida;* -----
-----1. 3 *Assuntos de interesse relevante para o Município.* -----
-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----
-----2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----
-----2. 2 *Análise e deliberação sobre “DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO FINANCEIRO DE 2006”*-----
-----2. 3 *Análise e deliberação:* -----
-----2.3.1 *1ª REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL DO ANO DE 2007*-----
-----2.3.2 *1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2007*--
-----2.3.3 *1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DO ANO DE 2007*-----
-----2.3.4 *1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO DE 2007*-----
-----2. 4 *Eleição de 1 representante dos Presidentes da Junta de Freguesia ao XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.* -----
-----2. 5 *Outros Assuntos.* -----
-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----
▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----
-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----
-----1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior:* -----
▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou para deliberação e apreciação a Acta da Sétima Sessão Ordinária, realizada dia vinte e sete do mês de Fevereiro do corrente ano, declarando de seguida abertas as inscrições para uso da palavra. Não se havendo registado nenhum pedido de intervenção, foi a mesma posta à votação tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções. -----
-----1.2 *Informação da correspondência recebida e expedida:* -----
▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto em apreço, declarou abertas as inscrições para uso da palavra e disse que queria desde já informar a digníssima Assembleia que chegou agora uma informação por escrito do Senhor Presidente da Junta de Mogadouro que diz: “ para os devidos efeitos comunico a V. Exa. que por motivos da

minha vida particular não poderei estar presente na reunião designada para o próximo dia trinta do corrente mês, solicitando me seja relevada a falta, assim, nos termos do disposto na alínea c) no nº 1 do art. 38 da Lei 5/A de 2002 me faço representar pelo meu substituto legal, secretário desta Junta Senhor Orlando de Jesus Fernandes”, está nos termos da Lei, é uma substituição ocasional e não sistemática e a mesa aceita. Queria também informá-los de que está aí nas vossas mesas uma certidão oriunda da Câmara Municipal de Mogadouro que chegou apenas na sexta – feira mercê naturalmente da aprovação deles na terça – feira anterior que é relativa à Concessão, Exploração e Ampliação da rede de gás na Vila de Mogadouro – Aprovação de Edital, eu fiz questão de colocar esta mesma questão aos Senhores Presidentes dos Grupos Parlamentares, não vêm qualquer inconveniente que uma vez não constando na ordem de trabalhos seja analisada e deliberada se assim o entenderem nos outros assuntos, era esta a informação que vos queria dar, relativamente ainda à correspondência recebida penso que toda a gente recebeu, tentámos que ela fosse feita toda da forma como habitualmente tem sido, se alguém tem alguma coisa a dizer sobre a correspondência recebida e expedida por parte da Assembleia, não havendo passamos para o ponto..., tenha a bondade de vir aqui ao microfone para ficar..., há mais alguém que queira intervir sobre este assunto da correspondência? É que assim fica gravada.-----

► **ILÍDIO SIMÕES MARTINS**, já no uso da palavra disse: “ se me permite Senhor Presidente queria felicitar a Senhora Dona Isabel pelas funções que começou agora a desempenhar, tive conhecimento disso quando à dias me dirigi à sede da Assembleia – Casa da Cultura e deparei com a Senhora Dona Isabel que me informou amavelmente que estava agora a desempenhar as funções de apoio, desejo-lhe as maiores felicidades neste cargo para bem profissional e pessoal dela e para bem de todos nós e eficácia dos trabalhos, gostaria também de deixar uma palavra de apreço pelo trabalho desenvolvido pela anterior responsável por estes serviços Senhora Dona Elisa Felgueiras, pessoa que quer no campo profissional, quer no campo pessoal sempre me proporcionou as melhores atenções e creio que será justo deixar aqui uma palavra de louvor e desejar-lhe também as melhores felicidades nas funções que ora ocupa. Entrando directamente no assunto deste ponto antes da ordem do dia, queria salientar que não há uma total consonância entre o executivo e a mesa da Assembleia, desta vez pelo menos já recebemos três das seis actas que o executivo mandou para a Assembleia de maneira que já há uma eficácia de cinquenta por cento, já não é mau porque até aqui tem havido zero por cento, já é bom, os meus parabéns, espero que melhorem a eficácia. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: “nós enviamos à medida que recebemos” e passou ao outro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----**1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município:** ---

► **ALBINO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “faço minhas as palavras do deputado Ilídio Martins sobre o assunto de substituição da respectiva secretária da Assembleia, inicio esta comunicação por me congratular e por agradecer os arranjos envolventes ao campo de futebol onde a Câmara teve o bom gosto de plantar árvores senão autóctones, pelo menos são típicas da nossa região, bem assim, como o arranjo próximo da Casa da Cultura, só que aqui para além de terem colocado as guias, deveriam colocar protecções, pois as oliveiras são pequenas e o facto de haver naquele local sempre miúdos a jogar futebol e a brincar têm ficado danificadas, embora continuem lá sem estarem destruídas. Aproveitando também esta história dos espaços, espaços de lazer, de brincadeira, acho muito bem que se olhe por os velhinhos, mas também temos que olhar pelos jovens e parece-me a mim, é uma sugestão minha, a vila neste momento não tem, se os miúdos quiserem jogar futebol sem pagar, no caso dos gimnodesportivos têm de pagar, não há um recinto, um polivalente ao ar livre e então durante a semana terão de ir para a Escola Secundária e estão em actividades, estão ocupados, se for ao fim de semana terão que saltar os muros, portanto acho que se deveria arranjar aí um espaço qualquer, num bairro, num sítio qualquer para efectivamente ocupar os miúdos, esta é uma sugestão que me parece que seria de bom grado para os tirar efectivamente dos cafés que já também anteriormente foi falado essa situação. Até direi que há aldeias onde esses polidesportivos, se assim se chamam existem e muito bem mas não há jovens, aqui há jovens e não há esse tipo de infra-estruturas, eu lembro-me quando miúdo faziam-se aí torneios de futebol de sete através ou não das comissões de festas que eram muito movimentados, até uma revelação de jovens valores para o Mogadourense e agora desde a destruição entre aspas do antigo campo de futebol é letra, não há nada mesmo, agradecia que estudassem esse assunto pelo menos. Depois uma outra questão que é, refiro-me à área envolvente onde hoje se está a instalar a grande superfície. Passeando-me por aquele local reparei que entre o bairro que ali está em construção e a grande superfície passa uma rua que é apenas uma rodeira onde cabe um tractor, parece pouco, muito pouco, a câmara tem a responsabilidade urbanística, parece-me que, e neste caso a grande superfície deveria deixar espaço para que a rua tivesse dimensões aceitáveis. Alerto esta situação que agora ainda tem solução, mais tarde não sei. Falando em urbanização volto a falar das bombas de gasolina da rotunda pois a Câmara que aprova uma obra daquelas em que não há nada que me pareça correcto, na minha perspectiva. Repare-se a Câmara reprova um projecto, o terreno entretanto cresceu, parece-me, aprova o projecto com um nome e agora as bombas segundo sei, não é nada oficial, segundo sei aparecem com outro nome, a saber: Chamauto, cidadão Luís Angueira, Tuacar, mas já está, já está, a minha lamentação. Ontem mesmo passei ali e o Senhor Heitor, recuou a

sua casa, alinhou a sua casa, o Senhor Major a seguir alinhou a sua casa, a G.N.R também alinha e por aí abaixo e agora, tenho que também brincar um bocadinho com isto a «cunha» das bombas desalinhou, ou alinhou por quem? Finalmente a Fonte Nova uma obra bonita, no ano passado a limpeza daquele espaço foi feita por os da «capoeira», dança bonita. Há dias também andava por ali e reparei que de facto a manutenção não se faz, são coisas que também se chamam à atenção. Aí sim, não sei se ainda está lá, mas aí sim vi um a seringa dentro do tanque de lavar, garrafas de plástico, uma imundice dentro do tanque. Um muro partido que não se repara, as tábuas dos bancos também estão despregadas, é pena ter tão poucas visitas, que está um espaço agradável. É um espaço bonito, sim senhor, mas manutenção não tem, chamo a atenção e relembro que destruição chama destruição”. -----

► **ILÍDIO SIMÕES MARTINS** novamente no uso da palavra disse: “Tive o cuidado, contrariamente ao que é meu costume desta vez rabiscar duas linhas para que a memória não me atraíçoe. Propus-me fazer um balanço da actividade desta Assembleia no ano e meio mais ou menos que vem decorrido e ao fim de sete Sessões, creio que esta é a oitava ordinária e não tenho de facto um balanço muito favorável a fazer da actividade desta Assembleia, faço-o com algum desencanto, mas tenho de constatar que não tem havido um clima de colaboração entre os dois órgãos principais do Município, o órgão fiscalizador que é esta Assembleia e o órgão executivo que é a Câmara Municipal naquela bancada ali representada. Não quero sacar culpas, é ditado velho «que a culpa morreu solteira» e nesta matéria de casamentos «gato escaldado de água fria tem medo» não quero ser conselheiro de ninguém, no entanto devo dizer que não têm sido férteis as relações entre Câmara e Assembleia, por parte desta Assembleia não se tem notado grande empenhamento no estudo, na preparação e na discussão dos temas aqui trazidos quer no período antes da ordem de trabalhos, quer no período propriamente da ordem de trabalhos, da parte do Executivo tem também faltado vontade de colaboração. Para não fatigar a memória dos presentes e dado que tenho sido repetitivo ao longo das várias sessões e que me propus até apresentar ao Senhor Presidente da Assembleia coisa que ainda não fiz mas irei fazer com motivos acrescidos se por acaso aparecerem nesta sessão, irei fazer posteriormente a esta sessão a minha apresentação escrita de alguns pedidos de esclarecimento de informação que até agora não vi respondidos, mas para não fatigar muito a memória dos presentes queria só aludir ao que se passou na sessão do pretérito vinte e sete de Fevereiro, se não me engano, foi nos fins de Fevereiro vinte e sete ou vinte e oito não tenho bem presente. Só dois ou três exemplos a Senhora Deputada Antónia Moura Cardoso por exemplo fez a propósito do funcionamento do aeródromo meia dúzia de perguntas, pôs algumas questões e fez algumas considerações directamente dirigidas ao Senhor Vice-Presidente. O que é

que acontece, o Senhor Vice-Presidente com a bonomia que lhe conhecemos e muito bem, até para criar algum clima de distinção nestas reuniões e facilitar o raciocínio às vezes um bocado conturbado por exacerbações fez muito bem e deu uma resposta alegre e bem disposta mas o que é certo é que considerou sobre as considerações da Senhora Deputada Moura Cardoso, mas à pergunta objectiva respondeu nada, isto é um dos casos, o Senhor Deputado Moreno reiterou parcialmente algumas das afirmações da Senhora Deputada Antónia Moura Cardoso e a resposta foi idêntica, nada. Houve também uma intervenção posterior do Senhor Deputado Cândido Fernandes que foi posta frontalmente ao Senhor Vereador Pimentel, uma questão concreta à qual se pedia uma resposta que seria sim ou não mas se não fosse sim ou não, não haveria motivo de recriminação, bastava que houvesse resposta, e esta resposta também não apareceu, eu não sei, não sei a que é que se referia o Senhor Deputado Cândido Fernandes, mas recordo que por ele foi dito «Quero perguntar ao Senhor Pimentel se é verdade, se é mentira» em posterior intervenção o interpelado portanto o Senhor Vereador Pimentel disse que a porta do seu gabinete estava aberta e aludiu a um problema de água, não sei se a pergunta do Senhor Deputado Fernandes tem a ver com questões de água ou não tem, sei sim que «água houve» porque o Senhor Vereador Pimentel nesta questão «meteu água», sim meteu água não é com ladainhas de boas intenções nem pertenças exibições de fino protocolo dizendo que estou à sua disposição, que a porta do gabinete está sempre aberta, não é com estas frases formais que se responde nesta Assembleia a questões postas, nesta Assembleia com legitimidade e com toda a frontalidade, aquilo que é posto nesta Assembleia é para ser nesta respondido, a não resposta à Assembleia considero eu e penso que todos nós consideraremos como uma falta de respeito pelo órgão deliberativo fiscalizador; temos de pensar que numa Câmara Municipal o órgão fiscalizador é a Assembleia e não o contrário, a Assembleia é que fiscaliza a Câmara, não é a Câmara que fiscaliza a Assembleia. É por isso que pergunto aqui, até quando temos de esperar para que os membros do executivo passem a praticar a obrigação de dar nesta Assembleia e não nos seus gabinetes explicações, respostas, informações a todos e a cada um dos Senhores Deputados Municipais e mais quando é que os Senhores membros do Executivo entenderão que se assim fizerem não o estão a fazer por favor mas estão a cumprir uma obrigação, dispenso-me aqui de transcrever, de citar preceitos legais, vem tudo mas mesmo tudo na Lei quadro, mas já agora permitam-me só que cite, vem tudo na Lei quadro mormente nas alíneas u, aa, bb e cc do artigo 68.º, está lá tudo é só ler e depois de ler cumprir. Nós membros desta Assembleia também não estamos inocentes nesta questão: é diminuto o número de intervenções dos Senhores Deputados Municipais, embora seja mais diminuto ainda o número de respostas obtidas do Executivo

Municipal. À bancada da oposição poucas ou nenhuma respostas têm sido dadas, da parte da bancada da situação não sou eu que me posso queixar, apenas posso constatar porque uma vez que os factos se passam nesta Assembleia e eu não sou cego nem surdo e pelos vistos também não sou mudo posso emitir aqui a minha opinião, tenho notado que em vez de escrutinar as decisões do Executivo, em vez de se preocuparem com o fornecimento a esta assembleia de dados, informações de pareceres que permitam uma avaliação das questões postas tenho notado que a bancada da situação se tem diminuído um bocado no seu papel e tem funcionado como uma Câmara de apoio batendo palmas ao Executivo muito pouco questionando e mais intervindo muito pouco mas mesmo muito pouco nesta Assembleia. Ao Executivo cumpre-lhe prestar contas e é por isso que as queremos pedir. Não vale a pena os Senhores membros do Executivo refugiarem-se no acidental para não terem que se incomodar com o que é óbvio que é responder ao essencial, aquilo que são questões directamente postas. Não queria fatigá-los muito mais mas queria só relatar uma ou duas questões. Muitas vezes fazem-se aqui perguntas e a resposta é esta – vamos estudar o assunto depois reponderemos e a resposta é adiada para a sessão seguinte ou para as sessões seguintes ou que muitas vezes acontece são adiadas para as calendas gregas isto é nunca mais são respondidas. Eu sei que o Executivo está numa posição cómoda porque valendo-se da maioria tem garantidas as propostas feitas, porquê? Porque há de facto por parte da bancada da situação nesta Assembleia uma atitude de complacência para não dizer de cumplicidade política e de algum amorfismo no tratamento das questões, é pena mas é isso o que efectivamente acontece e não outra coisa. Se repararem e basta ver só o que se passou na última das quarenta páginas que contem a acta da sessão de Fevereiro ocupa a bancada da situação trinta e três linhas, das quarenta páginas cada uma de mais ou menos trinta ou quarenta linhas, a bancada da situação ocupou trinta e três linhas, isto é não chegou a ocupar uma página das quarenta que tem a acta, dessas dezasseis fora ocupadas com uma declaração de voto que não sei se foi ditada pelo principio de coerência se por algum ressabiamento tardio, não quero entrar por aí a investigar as razões dessa declaração de voto, as restantes dezassete foram com uma intervenção sobre um assunto importantíssimo que aqui se tratava que era a autorização para a transferência do domínio público municipal para o domínio privado municipal de umas determinadas parcelas de terreno. A propósito dessa autorização foi aqui dito e para não errar transcrevo, foi aqui dito o seguinte e cito «todas as dúvidas que aqui foram levantadas é possível que venham a ser um problema no futuro repito todas as dúvidas que aqui foram levantadas é possível que venham a ser um problema no futuro mas só o serão se a Assembleia autorizar esta passagem» e continuo a intervenção, se alguém chega-se hoje de Marte ou de um qualquer outro

planeta a Mogadouro e lê-se esta frase diria assim bom quem estes problemas tem e quem estas dúvidas tem de certeza que se vai abster ou votar contra, pois não a intervenção continuou assim: «portanto nós votaremos favoravelmente esta proposta» perante isto está tudo dito atitudes a criticas, atitudes de puro civilismo ao que o executivo decreta, é assim que tem funcionado parte desta Assembleia, não se entende, assim não vamos lá, para que a Assembleia funcione, para que cumpra é necessário uma atitude critica permanente que convictamente apoie ou que coerentemente aponte erros, que seja vigilante, que exija sem exuberância mas que não se acobarde na subserviência. Do Senhor Presidente desta Assembleia e da Mesa, uma vez que eleita por todos e a todos nos representa exigimos que haja um cumprimento integral da lei, está tudo da lei-quadro o art. 58, o art. 63 entre outros estabelecem perfeitamente o estilo de relacionamento entre Câmara e Assembleia, é isso que espero e desejo que para bem do Concelho seja cumprido”. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** já no uso da palavra disse: venho aqui neste ponto da ordem de trabalhos para dar conta de três breves notas, a primeira nota para dar nota da minha satisfação pessoal a cinquenta por cento sobre a disponibilidade ou a disponibilização ou sobre, finalmente a Câmara disponibilizou á Assembleia ou a Mesa Assembleia disponibilizou depois ao plenário as actas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara como disse o meu colega e amigo Ilídio Martins a cinquenta por cento. Certamente haverá nesta sala uma ou outra pessoa que a titulo individual pensará que isto é uma matéria ou é uma prática, ou é uma exigência pequena por parte da oposição, é uma brincadeira da oposição, certamente haverá alguém que pensará isso, eu estou em crer que a Câmara e a Assembleia enquanto instituições colectivas olharão para esta prática e ao fazê-lo penso que é a primeira vez que a Câmara o está a fazer se não estou em erro, é a primeira vez que toma este tipo de iniciativa e diria que ao fazê-lo nós todos devemos olhar enquanto instituição colectiva para isto como uma forma de melhorar os canais de comunicação entre a Câmara e a Assembleia e vice versa mas também e sobretudo isso como uma forma de a Câmara Municipal tornar mais transparente o exercício da sua própria actividade, é uma prática nobre que deve ser enaltecida por todos nós e não pensar que é uma exigência pequenina, mesquinha por parte da oposição. Esta é a primeira nota, espero que se concretize a cem por cento e que se repita, até eventualmente que sejam disponibilizadas on-line como o Senhor Presidente da Câmara referiu na última Assembleia, espero que aconteça muito em breve. -----

-----A segunda nota também breve tem a ver e vai ser breve porque não tenho os dotes oratórios do amigo Ilídio Martins, vou ser breve relativamente ao funcionamento da actividade da Assembleia. Eu subscrevo tudo que foi dito sobre isso e não vou maçar-vos mais sobre isso,

só quero dizer-vos e também estou certo que todos nós que estamos aqui no plenário nos preocupamos e temos essa preocupação e temos vontade de que a Assembleia desempenhe bem o seu papel enquanto órgão fiscalizador do executivo, infelizmente não é e por várias razões não é isso que acontece mas queria chamar aqui a atenção para dois instrumentos importantes ou que são importantes para o bom funcionamento deste plenário que tem a ver com um instrumento de participação que se chama discussão pública que não é usado por culpa de todos nós, por culpa de quem não sabe usar esse instrumento de participação que é a discussão pública mas também por culpa de quem recorre ao instrumento e não o promove na sua verdadeira acessão da palavra e eu dou como exemplo os documentos que nos foram distribuídos sobre as diferentes taxas e os regulamentos que temos em mãos que estiveram em discussão pública, eu desconhecia que estavam em discussão pública, poderão dizer: bom mas isso a culpa é tua que não te informas devidamente, certamente também tem a ver com isso, mas tem muito a ver com a forma como nós usamos o próprio instrumento de discussão pública, nós enquanto instituição Câmara e Assembleia. Eu não sei onde os documentos estão em discussão pública, aliás nunca foi aqui dito a este plenário que havia regulamentos em discussão pública, eu pelo menos não ouvi, se por acaso foi dito eu estaria distraído. Este aspecto sobre este instrumento de discussão pública. Uma outra ideia sobre o funcionamento da Assembleia tem a ver com a disponibilização atempada da informação. Estamos numa assembleia Municipal, não é a Assembleia da República, não somos Deputados a tempo inteiro, somos a tempo muito, muito, muito parcial, temos a nossa vida e o período que nos concedem para olharmos para os papéis é extremamente curto para nós nos possamos preparar convenientemente para aqui discutir os assuntos. Há assuntos que eu não sei se hoje são para discussão, se calhar não porque não fazem parte da ordem de trabalhos, mas mesmo a própria documentação que está na ordem de trabalhos é matéria bem complexa, bem técnica que exige de nós algum tempo para a analisarmos, pois se esses assuntos envolvem a tempo inteiro muita gente e que disponibiliza muitas horas de trabalho a elaborar esses documentos não é justo, é exigir muito de nós que numa tarde olhemos para os papéis e os estudemos e os analisemos convenientemente para depois aqui os tratarmos. Eu pedia que a informação fosse disponibilizada mais atempadamente, e também já agora que estamos na era da tecnologia, da informática, do simplex e do plano tecnológico a própria Assembleia que se informatize para que estas coisas estejam disponibilizadas on-line atempadamente. -----

-----Terceira nota para terminar, uma nota relacionada com protocolos que a Câmara vem assinando com algumas Juntas de Freguesia. Estou a pensar num protocolo específico, vou chamar protocolos avulso assinados

com as Juntas de Freguesia sobre a disponibilização ou a cedência das escolas primárias em meios rurais. Sobre isto, já disse acho que são protocolos avulso que revela uma coisa, uma de várias coisas, é que a Câmara não tem ideia ou não tem uma ideia, muito menos estratégia global de valorização desses equipamentos que são as escolas rurais, eu reafirmo que a assinatura desses protocolos avulso revela que a Câmara não tem, não faz uma ideia do que quer, para fazer relativamente à valorização e ao aproveitamento desses espaços. Outro aspecto relacionado com isto tem a ver com o facto de ao assinar esses protocolos, esses protocolos são assinados muitas vezes e nalguns casos para realizar tarefas para as quais as Juntas de Freguesia não estão minimamente preparadas, não têm minimamente aptidão para desempenhar esse tipo de tarefas por várias razões, ou porque não têm recursos humanos, financeiros, mas mesmo até porque legalmente não o poderão fazer, digo eu. Quero alertar também as Juntas de Freguesia quando embarcam nestes assuntos de protocolos, se calhar muitas vezes por uma questão de boa vontade em recuperar para si, para a sua posse um imóvel que faz parte da Freguesia e também a pensar que se nós não o trazemos a nós um destes dias acontece o mesmo que aconteceu às estações do caminho de ferro que nós bem conhecemos, nessa perspectiva embarcam nessa vontade de assinar protocolos, mas eu faço um alerta às Juntas de Freguesia que pensem bem naquilo que estão a fazer é que num curto prazo vão ser confrontados com um encargo enorme de conservação dos edifícios para os quais eventualmente não têm capacidade de resposta e eu acho que estas coisas deviam ser olhadas pelo Município como um todo e pensar se de facto estamos a fazer o melhor em relação a isto. Eu lembro aqui o exemplo de Alfândega da Fé que é paradigmático em relação a isto, foi uma Câmara que revelou algum bom senso, que revelou alguma ideia global e hoje que tanto se fala que os projectos a apresentar aos próximos quadros comunitários devem ter alguma dimensão, alguma sustentabilidade, estamos nós aqui a fazer coisas pequenínissimas, cada um por si a tentar fazer aquilo que acha melhor, é um facto mas que não me parece que tenha muita sustentabilidade. Eram estas três notas que eu queria fazer”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** no uso da palavra disse: “a minha intervenção é a propósito de um assunto levantado aqui na Assembleia anterior pela falta de convocação das minhas colegas que nos representam no Conselho Municipal de Educação, quero dizer ao Senhor Vereador João Henriques que a confusão referida na página quatrocentos e cinquenta e oito da acta anterior foi feita só e apenas na sua cabeça o que me leva a crer que perante uma sequência de actos pouco reflectidos poderão ser consequência dos anos que o separam do ensino, diz V. Exa. o seguinte: antigamente o que há já assim muitos anos eram as escolas EB1/2 que indicavam os seus representantes e por ai fora, ora bem o facto de agora existir um

Agrupamento de Escolas EB 1/2/3/S não significa que o Conselho Municipal de Educação altera-se a sua constituição como de facto não aconteceu a representante do Docentes do Primeiro Ciclo é a Professora Maria Teresa Pereira, a representante das Educadoras de infância é a Educadora Adelaide dos Prazeres Martins. O Senhor Vereador tem que saber distinguir entre o representante do Agrupamento de Escolas e os representantes dos respectivos Docentes. Convido-o a entrar na página da DREN e com certeza deparar-se-á com os nomes referidos, deverá portanto convocá-las nas próximas reuniões e ainda deixar escrito na próxima acta que as referidas docentes faltaram à reunião do dia dezanove de Janeiro simplesmente porque não foram convocadas por quem de direito. Quero ainda referir a resposta que me foi dada às questões colocadas na Assembleia anterior sobre o custo do voo planado, uma resposta muito bonita, se calhar carregada de bastante sarcasmo mas ninguém nesta Assembleia ousa com certeza duvidar da capacidade de V. Exa. em fazer um grande discurso à volta de uma palavra apenas, só é pena que a maior parte das vezes esse discurso não seja portador de qualquer substância, É que eu li reli e não consegui encontrar a resposta; é incrível como para fugir a uma pergunta é preciso desperdiçar quarenta e duas linhas. A esse voo planado ou voo à vela que V. Exa. chama actividade, eu chamo desporto de luxo, depende do ponto de vista, o que não quer dizer que eu não apoie esse jovens mas aqueles que não tendo ainda um curso nem emprego ou qualquer outro meio de subsistência que não seja por vezes a magra mensalidade dos Pais, a esses até poderia ser financiado na totalidade depende do que se considera supérfluo ou essencial. Agora Senhor Vereador é injusto que V. Exa. e outros como V. Exa. se coloquem no mesmo patamar de igualdade para tais beneficências. Aproveito também para lhe dizer meu caro Vice-presidente que se engana quando diz que tais retenções devem dar um gozo miudinho; olhe que não, dá é uma profunda tristeza, sabe porquê? Porque é o dinheiro dos Municípios, é o nosso dinheiro que está a ser esbanjado, o que a nós nos preocupa é a política de endividamento alegre e irresponsável que este Executivo vem praticando sem que saiba definir as prioridades Concelhias. Só quero deixar aqui dito que possivelmente com o dinheiro gasto com apenas três formandos poder-se-iam pagar os manuais escolares a todas as Crianças do Primeiro Ciclo do Concelho, mas como seria considerado um gasto supérfluo até os manuais das Crianças mais carenciadas por vezes é o Professor que tem que adiantar o dinheiro e quando são financiados, quando são pagos é preciso uma série de burocracias, preencher papelada pela Professora, provar isto, provar quantos carros tem, por aí adiante, para aqui pelos vistos não é preciso nada. E assim termino a minha intervenção dizendo-lhe que continuamos à espera da resposta”-----

► **ANÍBAL MORENO** no uso da palavra disse: “ duas perguntas que gostaria de facto das respostas muito concretas e tem a ver com um assunto que já foi tratado aqui na Assembleia e não queria deixar passar esta assembleia sem voltar a ele e ler uma intervenção que foi feita pelo Senhor Vereado Francisco Pires e consta da acta do dia vinte de Março de dois mil e sete em que o Senhor Vereado Francisco Pires questionava a Câmara Municipal sobre a implantação do posto de combustíveis junto à futura biblioteca que está em construção junto à Na. Sra. do Caminho e na resposta o Senhor Presidente disse que iria solicitar aos Serviços competentes da autarquia informação sobre o assunto, isto passou-se a vinte de Março penso que já estará o Senhor Presidente munido destes elementos e que possa de facto esclarecer esta assembleia de qual a situação das bombas porque quase por toda a Vila se fala que de facto aquilo é uma aberração, toda a gente pelo menos em surdina o vai falando, chegou-me também aos ouvidos que até o próprio Senhor Presidente terá dito que não concorda com aquilo mas enfim teve que o aprovar. Se é verdade também isso, de facto há razões que a razão desconhece por isso solicitava ao senhor Presidente que esclarecesse de uma vez por todas esta Assembleia daquela aberração, da falta de alinhamentos como foi referido aqui pelo Deputado Municipal que me antecedeu e que forneça de facto todos os elementos que tiver a esta Assembleia para ver se de facto ainda podemos fazer alguma coisa daquele local. Outra pergunta que lhe queria colocar e solicitava uma resposta também concreta é que informe esta Assembleia quantos avanços a Câmara Municipal tem neste momento e para que são essas avanços, também gostaria que essa resposta fosse concreta, não fosse adiada e não fosse afirmado aqui que ficará para uma próxima Assembleia. Eu acho que isto é de fácil resposta e como tal solicitava que informe esta Assembleia destas duas questões”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** deu início á sua intervenção e disse: “ quero antes de mais cumprimentar a nova funcionária de apoio desta Assembleia e desejar-lhe que possa desenvolver aqui um trabalho profícuo em prol quer da assembleia, quer do Município. Eu trago aqui algumas notas acerca daquilo que é o período de antes da ordem do dia nesta assembleia e parece que nem de propósito já este tema foi aqui esbatido por mais do que uma pessoa e ainda bem, falou aqui o Senhor Ilídio Martins acerca das intervenções de uns e doutros entre as quais as intervenções da bancada do PSD na última Assembleia que só tinha não sei quantas linhas, uma minoria, parece, para nós não é importante o tamanho e a quantidade, primamos pela qualidade principalmente. Citou uma intervenção minha acerca dos problemas e de facto os problemas têm que surgir para serem ultrapassados, quem tem medo dos problemas está condenado, à partida, isso fugir dos problemas é morrer, nós admiramos quem evolui, quem cria progresso, não seguimos o exemplo de quem faz o percurso inverso, quem

vem de uma situação de algum destaque no Concelho até no Distrito e pura e simplesmente, talvez por causa desses problemas, não sabemos muito bem se fumam, talvez reapareça um dia, talvez em Marte donde veio aquele ser imaginário que o senhor trouxe aqui para esta Assembleia, o que vinha ler a acta, vamos esperar para isso. Mas como dizia acerca do período antes da ordem do dia tem aqui sido habitual assuntos e é por isso que se enchem tantas páginas nomeadamente pelos Deputados da bancada do PS porque há uma lâmpada fundida, porque há uma sarjeta entupida, porque há um vidro na escola que está partido, porque o cabo do computador que até foi a Câmara que ofereceu mas agora não funciona porque não está ligado e chamam a isto assuntos relevantes, é lógico que a relevância aqui é relativa e nós até concordamos que a mesa tome a decisão de deixar falar, de deixar por os problemas, concordamos com isso mas é relativo. Há problemas desses que se calhar nem se justificava trazê-los aqui à Assembleia, porque um simples problema para os serviços da Câmara a maior parte das vezes se calhar resolvia-se o problema mas depois lá está já não se enchia aquelas páginas todas na acta. O problema punha-se aí ou alguns desses assuntos se calhar também não seriam dos assuntos tão relevantes que poderiam passar para outros assuntos na Assembleia mas é uma questão que deixo para a mesa considerar, com isto gasta-se tempo mas também leva os Senhores Deputados do PS a acreditar que estão a prestar um excelente trabalho ao Município que até se têm vangloriado disso como já hoje aqui aconteceu pelo volume das intervenções nesta Assembleia e pelo tamanho sobretudo. Nesse aspecto importa referir que nós no PSD não nos sentimos nada inferiorizados antes pelo contrário, logicamente a bancada do PSD intervém quando entende que deve intervir, diz aquilo que entende que tem que dizer como tem sido feito, como têm sido postas aqui algumas questões, postas à Câmara e deixado os pontos de vista de cada um e muito bem parece-me a mim não é obrigatório que estejam aqui constantemente a trazer problemas só para dizer que de facto estão presentes. Obviamente estamos aqui para ajudar no andamento dos trabalhos e para colaborar com o Executivo, foi para isso que fomos eleitos, não vimos para aqui criar problemas a quem quer que seja e problemas de nenhum tipo. Talvez as intervenções dos Deputados do PSD tenham sido também em menor número porque quer neste mandato quer do no outro ainda não vi cá nenhum elemento da bancada do PSD trazer para aqui assuntos particulares, assuntos da sua vida profissional, também não vi aqui ninguém trazer assuntos de clientes seus, se calhar para os transformar em factos políticos para os levar para a comunicação social, em suma não vejo na bancada do PSD nenhum tipo de ressentimento político nem isso tem sido transmitido para esta Assembleia em nenhuma das Sessões; mas com tudo isto há assuntos que são de facto relevantes e esses era os que deviam vir nesta Ordem de Trabalhos, são relevantes para o Município e que ficam

esquecidos por o lado do PS o que não devia acontecer, como são do partido que suporta o Governo neste momento, como muitos assuntos importantes dependem do Governo, mas parece que é pouco conveniente para o PS falar disso. Ficamos assim sem saber por exemplo o que se passa em relação a assuntos tão importantes como as acessibilidades no Distrito, o que se passa com o projecto de calendarização da A4 que devia estar pronto em Março. Foi uma promessa feita pelo Primeiro-ministro José Sócrates em Bragança (ouviram-se vozes da bancada). Não sei se é Engenheiro ou não, é Primeiro-ministro, foi democraticamente eleito. Foi uma promessa feita em Bragança, o mês de Março já acabou, já estamos em finais de Abril e é zero o que se sabe em relação ás acessibilidades para o Distrito, a conclusão do arranjo da estrada Nacional 219 que parou na chegada ao Concelho de Mogadouro, chegou ali e parou, em relação ao IC5, se sim ou não avança, à IC5 não há, nós já duvidamos muito disso porque em relação a estas obras que eu foquei nenhuma delas tem dotação no Orçamento de Estado. Também em relação ás escolas comenta-se aí nas televisões a toda a hora que parece que vão fechar mais escolas, como é que fica no nosso Concelho, fecham ou não fecham, em relação à saúde o que é que se passa com a Unidade básica se é para manter se não é e se este compasso de espera tem alguma intenção se não tem. Também era interessante saber aqui por parte da bancada do PS porque se manifestaram contra a Unidade Básica de Saúde em Mogadouro os Deputados Socialistas na Assembleia da República. Isto é uma questão que também podiam trazer aqui e esclarecer-nos acerca disso em vez daquelas questões menores que eu já falei antes, era interessante. Fica lançado o convite e o repto para que me esclareçam em relação a estes assuntos, que tentem esclarecimentos junto dos governantes uma vez que são do partido do governo e estes sim são de facto assuntos relevantes para o Município”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** voltou a intervir e disse: “ eu quando pedi para usarem da palavra e isto sem querer depreciar as pessoas independentemente, ou estarem situadas dum lado ou doutro pedimos o período de intervenções, excedemos já a hora que o regimento nos dá para tratarmos destes assuntos, estamos no inicio dele, vamos dar resposta ainda à Câmara e a Câmara tem o seu tempo ainda para poder responder, naturalmente que vai haver um segundo período de intervenções e então nessa altura atenderíamos outros casos a menos que tenha uma pretensa, é que nós não queríamos abrir excepções porque depois começam a pedir a palavra”. -----

► **ZITA COSTA** usou a seguir da palavra e disse “ vou intervir e faço parte da bancada da situação e o que vou dizer dá para os dois lados. Primeiro quanto à obra das bombas de gasolina, aprovaram-na, espero que a tenham aprovado dentro da lei, eu não concordo, não gosto, é a minha opinião. Se está dentro da lei muito bem para os Senhores, se não está

dentro da lei espero que alguém tome as devidas medidas. Até porque eu tenho experiência própria em matéria de alinhamentos. Senhor Deputado Albino foi pena não se ter desviado para a Rua São Sebastião, número seis e oito que veria ali um exemplo de alinhamento, mas eu fui para os devidos lugares: IGAT, Ministério do Ambiente, Tribunal Administrativo e aguardo a resposta porque eu acredito na justiça e quando os Senhores Vereadores aprovam aquilo que não querem aprovar, olhe paciência, têm que engolir e isto dá para os dois lados, acho eu, isto em matéria de obra porque eu acho que é realmente a cerejinha que falta ali em cima do bolo, temos ali um jardim bonito que já toda a gente passeia lá, peso embora eu acho que esteja pouco iluminado mas já me deram a explicação da iluminação porque a pedi, antes de vir aqui pedi a explicação porque é que a rua da Caixa Geral de Depósitos estava tão pouco iluminada; já me responderam que seria uma próxima obra. Está muito bonito, também já temos uma sala de espera no túnel que está muito bonita, já toda a gente usufrui, eu já usufruí dela e realmente ali aquelas bombas, eu nem sequer sou apologista que tenham reactivado aquelas ali no centro, já estavam mas eu acho que para bem da vila, para embelezamento da vila, tudo que seja combustíveis e perigo, fora da vila, quando possível. Isto é quanto à obra. -----

-----Outro assunto cães de quatro patas, os de duas patas, cada um que se desenrasque, eu ando sempre a pé e gosto muito de passear, de manhã quando vou para o serviço aquela avenida é uma miséria de sacos plásticos, lixo por todo lado, cães a entrar nos contentores, cães a sair dos contentores e grandes, não são pequeninos, cães grandes. Isto por volta da oito e meia se os Senhores Deputados Municipais se deslocarem muitas vezes a pé, bem como os Senhores Vereadores vão ver a lixeira que eles fazem, então ali na rua do Senhor Presidente, ó Senhor Presidente eu não vou passear mais para a sua rua porque cada proprietário de casa deve ter no mínimo quatro, cinco cãesinhos que aquilo é uma desgraça, deviam rever as taxas de licenças para cães, se as puserem a quinhentos euros ainda acho que é pouco. É só quanto à limpeza. -----

-----Agora o material de apoio para os trabalhos desta Assembleia pelo amor de Deus ninguém, ninguém e eu tenho a certeza que ninguém nesta sala e eu digo-o, ninguém lê nem metade da papelada, tenham paciência, já nem sequer o Diário da República vem em papel, os Senhores sabem quanto papel vos foi entregue a cada um de vocês, eu dei-me ao cuidado três quilos e duzentas de papel mais grama menos grama se a minha balança não andar errada, eu solicito ao Senhor Presidente da Assembleia em meu nome pessoal, a mim daqui para a frente manda-me em suporte informático, em condições, que se leia, que não dê para alterar, uma coisa em condições e lanço aqui um desafio aos meus colegas, que há aqui muitos colegas uns que têm uns conhecimentos mais básicos e outros grandes conhecimentos de informática que façam o mesmo, solicitem o

material de apoio em informática porque isto não pode ser. Poupemo-nos a todos o trabalho de ler, o trabalho de o levar no braço, que cansa e mais poupemos as árvores que daqui para a manhã não as há, umas porque ardem e outras porque desperdiçamos papel a torto e a direito, porque eu penso que pelo menos cinquenta por cento desta Assembleia tem condições para ler um CD e quem gosta muito de papel que diga – eu não quero CD, eu quero papel porque eu gosto de o ler e de o amassar e de o deitar para o lixo quando me apetecer. Um CD e já é uma grande evolução porque podem não ter acesso á Internet mas pelo menos os colegas que estão aqui das duas bancadas, há aqui muita gente que tem conhecimentos nem que seja mínimos, toda a gente sabe abrir um CD e lê-lo, porque eu não quero mais papel, porque aquilo meu Deus três quilos e duzentas, isto foi uma curiosidade se calhar um bocadinho mórbida mas três quilos e duzentas de papel para cada um de nós deitem-lhe as contas o que aqui foi”. -----

► **VÍTOR COELHO** iniciou a sua intervenção e disse: “não tinha programado para esta altura a minha intervenção, estava prevista para o período de outros assuntos no entanto algo que foi dito aqui por um senhor Deputado leva-me a fazer um comentário, já agora dizer à deputada Zita que nem de propósito essa intervenção que tenho programada para esse período mais tarde tem a ver precisamente com esse assunto do suporte de distribuição da documentação. O que me trouxe agora aqui não é sequer uma reacção à intervenção do Deputado Senhor Ilídio, não se trata disso mas antes a uma frase que foi aqui proferida pelo Deputado Albino, foi dito a propósito dos polidesportivos que eles existem nas aldeias e que nas aldeias não há Jovens, foi dito sem alguma intenção, foi também dito tipo em surdina quase com algum receio que provocasse reacções, provocou, pode ter sido dito sem alguma intenção mas não queria deixar em claro até para sua própria defesa também. Há Jovens nas Freguesias, pessoalmente da actuação que tenho feito e não quero entrar em pormenores prova que actuamos sem nos escravizarmos a critérios estatísticos, eu pessoalmente e creio que todos seja de que parte for, todos os Presidentes de Junta assim o fazem, actuam sem essa preocupação porque por poucos que sejam os Jovens tudo que se possa fazer vale a pena e é por isso mesmo que há polidesportivos nas aldeias, convidamos quem quer que seja a dar uma volta por as aldeias nos Domingos especialmente no Verão que é a prova do fervilhar que há em termos de actividade desportiva nos campos de futebol, não direi que são polidesportivos, nalguns casos serão o que justifica que haja esses polidesportivos nas aldeias. Há actividade desportiva entre aldeias, chega a haver durante o Verão torneios entre aldeias por exemplo entre São Martinho e Brunhoso, Sampaio e outras aldeias e mais recentemente outros encontros de outro tipo com bastante assistência e bastante participados. Não é nenhum comentário a nível pessoal nem nenhum ataque pessoal é não deixar passar essa observação e

dizer que nas nossas aldeias e no que depende de nós Presidentes de Junta há Jovens e há vida”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** voltou a intervir e disse: “eu antes de dar a palavra à Câmara Municipal para responder às questões que foram apresentadas por os Senhores Deputados e uma vez que houve dois Senhores Deputados que fizeram aqui embora de uma forma aligeirada apresentaram questões relativamente à mesa da Assembleia queria apenas dizer o seguinte: em relação à questão que o Senhor Deputado Tibério colocou relativamente ao envio tardio da documentação, o Senhor já fez isso ficou gravado e fez menção na acta anterior, eu quero dizer aqui que isso não corresponde à verdade porque nós mandamos toda a correspondência, tentamos mandar sempre com oito dias, simplesmente parece-me que, e só tive conhecimento há dias atrás a sua ficará com ela o Senhor Presidente da Junta de Bruçó e naturalmente o Senhor vem em cima do acontecimento e não tem tempo de a ler e depois é mais fácil acusar-nos a nós que não a mandamos, repare se alguém se queixa que a documentação lhe chega atrasada, tentamos sempre e fazemos um esforço e devo-lhe dizer mais, nós concertamos a ordem de trabalhos e todos os documentos de suporte com os líderes do grupo parlamentar, e se o Senhor perguntar ao seu líder parlamentar que está aí ao seu lado sabe perfeitamente que isto corresponde à verdade, há sempre um esforço para cumprir os prazos e nós cumprimos os prazos. Se por ventura e agora naturalmente que esta questão que foi aqui também abordada relativamente ao suporte informático se vier a verificar no futuro tê-la-á de certeza absoluta ao oitavo dia ou ao sétimo dia, embora o regimento não nos obrigue a entregar o material de suporte com oito dias de antecedência, mas nós estamos a fazer esse esforço, temo-lo feito desde que estamos aqui nesta mesa. Por outro lado também relativamente às relações com a Câmara Municipal ou com o Executivo Municipal devo dizer pelo menos da minha parte e da parte da mesa que temos as melhores relações com a Câmara Municipal, a maior cordialidade e o melhor tratamento nas questões, evidentemente que as questões do Executivo são da responsabilidade do Executivo, as questões da assembleia são da responsabilidade da Assembleia. As relações neste aspecto são as melhores como são também as melhores com toda a gente que está aqui nesta Assembleia independentemente do partido a que pertence. Por último queria também dizer-lhe que eu fui durante muitos anos, ou alguns anos, não foi muito a meu gosto, mas não fomos capazes e fui Deputado da oposição, muitas vezes e estive aqui nesta Assembleia e olhe que também não aprendi muito mais enquanto Deputado da Assembleia na gestão do Partido Socialista, nós temos que aprender e estamos aqui para aprender uns com os outros e agradeço as vossas sugestões porque isto leva-nos também naturalmente a melhorar os nossos serviços, mas o que estamos a

fazer é dentro da ética, dentro do rigor, dentro da transparência e dentro do Regimento. De qualquer das formas agradecemos sempre as vossas recomendações para melhorar os serviços”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “em primeiro lugar queria fazer minhas as palavras do Ilídio Martins quando se refere à Elisa Felgueiras na medida em que foi sempre uma funcionária que eu achei exemplar e que afinal de contas saiu da Assembleia a seu pedido, e quero desejar as maiores felicidades à Isabel, oxalá que vá no seguimento dela. Passo a responder então às questões que aqui foram postas. Em primeiro lugar por o Senhor Deputado Albino relativamente às árvores da zona envolvente pois estas coisas são assim mesmo, são projectos, é isto é aquilo, não vamos também por em Mogadouro todas as árvores autóctones, sempre oliveira, sempre freixo, todas as árvores de que aqui dispomos. Variar um bocadinho talvez não faça mal, são as nossas opiniões, são as vossas opiniões e que eu julgo que são pertinentes, são certas com certeza. -----
-----Quanto ao arranjo em volta da Casa da Cultura tem o meu inteiro apoio, eu quando as vi lá disse, isto não vai ir para a frente porque vão fazê-las vergar, até as grandes fazem, a gente vê ali por exemplo naquele trajecto para as piscinas árvores derrubadas e já grandes, na recta de Vale da Madre a mesma coisa de maneira que resta-me (não sei se o poderei fazer) oferecer tantas oliveiras já grandes como aquelas que lá estão pequeninas para substituir aquelas (das minhas, que nem apanho). -----
-----Quanto ao laser, eu queria-lhe dizer que laser é bom para os velhos, é bom para os novos, é bom para as crianças, é bom para todos e para os de meia-idade também. Quando se fazem estes parques de laser, nomeadamente os polidesportivos não quer dizer que sejam só para crianças, os parques polivalentes são para todos. Hoje toda a população começa a estar interessada numa cultura física porque acha que isso é saúde e portanto vemos que através da recta de Vale da Madre, através do parque industrial, nós vemos fazer aquelas jornadas a pé que são úteis. Pensei ainda em fazer um campo de futebol desses que diz além por trás do MAP, temos um projecto, é preciso dinheiro para o implementar, no entanto ele tem feito cada vez menos falta, porque hoje dispõe o Município de três professores de Educação Física que dão ginástica a todas as crianças do Concelho, nas escolas e fora das escolas. Temos escolinha de futebol a funcionar no Parque Desportivo, temos atletismo, no Gira vólei estão lá inscritas duzentas crianças. No que diz respeito aos velhos temos também hidroginástica, estão lá inscritos setenta e oito idosos. Nas aldeias os polidesportivos são para todos também e onde forem necessários eles serão implementados.-----
-----Na área envolvente do Intermarché há de facto essa rodeira, esse caminho, isso já está resolvido; a Câmara já tomou conta dessa situação e vamos resolvê-la, vamos fazer com que isso não aconteça.-----

-----Nas bombas da rotunda, eu passo para o Doutor João Henriques todos os trâmites que isso seguiu, mas quero informar que recebemos uma intimação, uma pergunta digamos assim do IGAT que começava por dizer: após uma informação anónima queira responder a esta pergunta, foi dada essa resposta ao IGAT e do IGAT já responderam a dizer que estava tudo legal, ora evidentemente que isto não resolve o problema que me pôs e eu aproveito já para responder ao Moreno. Ficará para uns bem para outros mal, para mim provavelmente fica tão mal essa como a outra que está em frente da TOYOTA; aprovei essa da TOYOTA com muito gosto porque foi para resolver uma situação, porque já lá estava em primeiro lugar e foi para resolver uma situação que me sinto hoje muito satisfeito em ter resolvido dado que o homem estava perdido e hoje se encontra a trabalhar e recuperado. Não tem muito que ver com a outra, no entanto dizer eu não concordo, bom não interessa que eu hoje possa pôr certas dúvidas acerca da minha opinião sobre as bombas, interessa é que quando se resolveu o caso eu concordei e está concordado e a gente assume as suas responsabilidades.

-----Quanto à Fonte Nova, uma seringa no tanque, vão aparecendo e as tábuas vão-se recuperando, porque isso aparece degradação em todos os jardins, aqui no Cavaleiro Ferreira antigamente os bancos estavam todos degradados, foram substituídos e da manutenção da limpeza eu peço ao meu executivo que tenha isso mais em atenção. -----

-----Quanto ao Senhor Deputado Ilídio Simões, eu quanto às considerações que fez acerca da assembleia como é óbvio não me vou pronunciar, isso a Assembleia é o que é, a Assembleia é constituída por uma pelei-a de homens importantes, uns mais outros menos e portanto saberá avaliar a sua própria situação, o seu próprio desempenho, no entanto quanto à parte agora da Câmara devo dizer que eu já nas palavrinhas que proferi no vinte cinco de Abril uma das minhas últimas frases foi: Mogadouro é de todos, é de todos quer eles estejam na Assembleia, quer eles não estejam na Assembleia, quer estejam na Câmara, quer estejam na Junta de Freguesia e o que é que quero dizer com esse é de todos, quero dizer que todos têm obrigação de fiscalizar a Câmara, todos têm obrigação de nos dar sugestões acerca dos projectos das realizações que têm de facto interesse no desenvolvimento de Mogadouro, quando se diz Mogadouro é de todos a Assembleia também é Mogadouro e esperemos que colabore de facto nesse tipo de sugestões que são extraordinariamente importantes para a abertura dum ideia e de um objectivo do executivo, e cem por cento favorável. Eu acho que nunca desrespeitei esta Assembleia, pelo contrário a vez que faltei até quase (eu ia dizer que me comeram vivo) mas não me comeram vivo mas fui objectivo de criticas várias. Eu na minha inocência faltar a uma Assembleia ...mas por acaso recebi logo um conforto da forma negativa passo o termo do meu colega Luís Filipe Meneses que os Jornais acusavam de não ir às Assembleias há cerca de dois anos. Eu fui ler a Lei e de facto

não é obrigatório ir às assembleias, mas eu cá tenho estado com a assiduidade geral dos outros, nunca invocando até porque já sou reformado, trabalho, obrigações profissionais etc., etc. -----

-----Quanto ao aeródromo o Doutor João Henriques vai dizer aquilo que se passa e o ponto actual da situação. -----

-----Quanto às perguntas que fez o Presidente da Junta de Ventoselo Cândido Fernandes o Pimentel responderá também. -----

-----Perguntas e informações, provavelmente têm muitas algumas razões, as perguntas fundamentais que aqui fizeram foram respondidas, agora podemos dizer assim o que são perguntas fundamentais, se me dizes assim faz-me ali a sombra daquela coisa, como vou fazer nos bancos, põem-me lá um lampião daqueles antigos, a informação que eu te posso dar é cada vez mais ténue e porquê, porque quando a gente procura para fundir um lampião daqueles não encontra, de maneira que aquilo como vai ser sujeito a uma remodelação desde o bombeiro até à Santa Ana, esperamos que o nosso ilustre Secretário de Estado, e ficou muito amigo e agradado porque quando veio aqui a Mogadouro João Ferrão e apreciou o projecto que temos para isso, e quase nos deu a entender que fazia tudo, tudo, tudo para o aprovar porque o achava essencial para a vida de Mogadouro. Quando a gente diz estas coisas podem ser verdade, podem ser mentira e até nem é o problema de ser verdade ou ser mentira, podem ser possíveis ou podem não ser possíveis, esperemos que sejam possíveis e esperemos também que seja a verdade. -----

-----As contas, se te referires às contas de dinheiro são prestadas na habitual, se te referires essas perguntas podemos prestar essas contas todas. -----

-----Passo depois ao Deputado Luís Tibério, as actas foram sempre públicas, qualquer pessoa mesmo antes de nós termos aqui este problema de dizerem-nos enviem-nos as actas, as actas já eram públicas, as actas já podiam ser consultadas por quem quisesse, no entanto quando puseram o problema tem vindo a ser resolvido, ainda agora perguntei ao Doutor João Henriques que está com essa parte da Internet e isso tudo que brevemente serão enviadas por a Internet e aqueles que as preferirem em papel também podem recebê-las em papel. O Regulamento de Taxas o Doutor João Henriques falará sobre isso, a disponibilização atempada dos documentos da Assembleia não é comigo, no entanto também entendo que deve ser informatizada e eu por motivos diferentes, pela quantidade de papel que se gasta nestas Assembleias, nesta nem tanto mas na Assembleia que vamos ter oportunidade de fazer para discussão dos Regulamentos e das taxas são montes e montes de papel. Eu não sei se alguém lerá com atenção. -----

-----O aproveitamento das escolas, nestas coisas não há doutrinas, nós quando atribuímos aos Presidentes de Junta uma dotação financeira que traduziu em seiscentos e cinquenta mil euros, resolvido que parte seria dada em dinheiro e parte em protocolo se deixou aos Presidentes da Junta muitas

vezes o disporem de todos esses bens das escolas. Alfândega da Fé fez o que fez com as suas ideias, com certeza que correu bem, mas talvez se nós fossemos avaliar quais são as taxas de ocupação de todas as escolas que Alfândega fez, se calhar não havia uma taxa de ocupação tão famosa que disse-se assim aquilo foi uma ideia que cuja concretização foi brilhante e extremamente útil e contribuiu muito para o desenvolvimento. Nós aqui em Mogadouro temos bons exemplos, temos o exemplo de Peredo, temos o exemplo que vai surgir em urros, temos outros exemplos e quando a população nos diz assim: eu quero fazer ali isto ou quero fazer ali aquilo, a preferência vai sempre para a Junta de Freguesia, as Juntas de Freguesia é que mandam nisso e fazem o que querem ou muito bem lhe apetece, agora têm evidentemente que calcular que todas essas coisas custam dinheiro, custam projectos e isso é da sua responsabilidade. -----

-----Depois queria responder à Deputada Antónia Cardoso, representação no Conselho Municipal, isso é com o Doutor João Henriques, Voo Planado também, eu vou responder na parte que diz respeito ao desporto de luxo, aquilo não é propriamente um desporto de luxo, nós aqui vemos o futebol; É um desporto de luxo ou é um desporto que não é de luxo? É o desporto que é, quando é jogado nos campeonatos, o que é que acontece, acontece que nós vamos ao futebol e vemos lá quarenta pessoas, cinquenta pessoas. O que é que nós esperávamos quando foi da instituição da escola do à vela e do aeródromo? Em Portugal havia dois campos, dois aeródromos que serviam de facto essa modalidade, era em Évora e era em Beja, o de Évora está desactivado e do de Beja vai estar e vai estar porque isto não se compadece com tráfego aéreo intenso e Mogadouro fica como única escola de voo à vela no país. Se isso servir como eu penso para trazer aqui campeonatos ibéricos e europeus de voo à vela que conto que um dia venha a acontecer então vêm aí quatrocentas, oitocentas pessoas duas ou três vezes por ano que talvez sejam uma fonte de rendimento através do turismo. O endividamento deste Município professora Antónia iremos falar na sessão a seguir porque é aí que se trata do endividamento, e os livros para carenciados o Doutor João Henriques responderá também.-----

-----Agora respondo ao Deputado e chefe de bancada Moreno sobre o Posto de Combustíveis que pode ser uma aberração, pode não ser uma aberração, mas está aprovado pelo IGAT, já lhe demos o projecto, foi dado pelo João Henriques que creio eu lho deu quando o pediu mas isso ele falará sobre o assunto. Quanto ao que a população diz evidentemente que a nós nos interessa sempre o que a população diz, se soubéssemos até nos interessava mais antes de fazer as coisas do que depois de as fazer. O que a gente repara é que ... eu agora ouço dizer assim: Ó Senhor Doutor o Senhor fez aqui uma envolvente do campo de futebol, do antigo mercado, está tudo muito bonito, muito bonito mas está aqui este caracol que eu

nunca percebi para o que é que serve? (ouvem-se vozes da bancada) O nome é aquele que me dizem, está aqui este caracol que não sei para que é que isto serve e eu ponho-me a olhar para aquilo, se calhar já eu nem tenho com a minha idade capacidade para dar a volta em espiral e pôr-me lá em cima. Estas coisas são assim mesmo uns gostam outros não gostam.

-----Depois tenho aqui quantos avançados a Câmara tem, temos oito avançados (ouviram-se novamente vozes da bancada) fica para já meia resposta depois as áreas diremos mais tarde. -----

-----Deputado António temos a sua intervenção é mais para a Assembleia do que para a Câmara, isso também não me compete classificar. -----

-----A Deputada Zita quanto às bombas de gasolina está respondido. Na Avenida do Sabor lixos lamenta-se muito os lixos por toda a parte, vamos fazer mais um esforço está em andamento, em processamento digamos assim um concurso para a limpeza urbana ser entregue a uma entidade privada, espero que nessa altura tenhamos mais capacidade de trazer a vila limpa do que no momento actual. Relativamente à Avenida Calouste Gulbenkian os cães; o primeiro desgosto profundo que eu tenho é que não passa à minha porta, eu gosto que passe à minha porta, gosto que passe à minha porta porque é sempre um prazer ver as pessoas que se gosta e depois ver também as pessoas que andam ali a fazer ginástica para preservar a saúde, quanto aos cães tomamos uma ou duas atitudes a respeito disso só que sabe o que é que aconteceu nos primeiros dois dias enchemos completamente, esgotamos a capacidade do canil de Mirandela porque o Doutor Abreu diz assim cães aqui em Mogadouro não (não é não fora do canil é não dentro do canil porque diz que não tem condições ele que não se responsabiliza por a legalidade daquilo. Vimioso tem de facto um projecto apoiado por quatro Municípios (Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso) que julgo eu vai ter capacidade para absorver não a totalidade dos cães que são tantos e tantos e tantos mas pelo menos parte, de modo a tirar um pouco essa população arrevesada que temos principalmente durante a noite nos caixotes do lixo. -----

-----Quanto aos CD é um problema da Assembleia mas que a Câmara gosta muito porque vai economizar muito em dinheiro e em papel”. -----

► **JOÃO HENRIQUES** usou a seguir da palavra e disse: “ para responder ao complemento daquilo que foi solicitado. Em relação ao Deputado Municipal Albino Rodrigues e em relação à rodeira ao lado da Média Superfície; quando foi aprovado o projecto da Média Superfície foi aprovado já com a condição de ter que se deixar sete metros e quarenta daquela rodeira, portanto aquela rodeira vai passar a ser um caminho, uma estrada com sete metros e quarenta de largura portanto seis metros de via de circulação automóvel e um metro e quarenta de passeio. Neste momento pode fazer e eu reconheço que pode fazer alguma confusão porque o muro

que está feito não tem essa dimensão, mas o muro que está feito é o muro de suporte de terras para o vizinho de baixo, está garantido que são sete metros e quarenta esse caminho por aí portanto espero que fique esclarecido. -----

-----Em relação ás bombas que alguém também diz que eu sou sócio, pronto mais uma sociedade, tenho tantas, é mais uma, vamos continuar, em relação ás bombas uma pequena correcção é que a queixa não foi anónima e isto em abono da verdade temos que dizer as coisa como são porque até quem a faz se pode sentir ofendido por lhe chamarem anónimo, a queixa foi feita pela comissão politica do partido socialista, assinada pelo Deputado Municipal Aníbal Moreno e enviada do seu próprio e-mail, porque nos mandaram cópia, efectivamente o IGAT do teor da queixa, desta queixa foi dada resposta ponto por ponto ao IGAT, a resposta está lá e aguardamos que o IGAT nos diga mais alguma coisa a nós e à Comissão politica do partido socialista sobre a sua existência portanto até lá o assunto está para nós com uma pedra em cima à espera que nos digam alguma coisa. -----

-----Em relação aos esclarecimentos dos alinhamentos que tinha sido pedido e que o Senhor Deputado Municipal aqui falou, que o Doutor Francisco tinha solicitado na Câmara Municipal, foi-lhe presente na sessão seguinte a resposta aquilo que tinha colocado e foram-lhe dados todos os esclarecimentos portanto em relação a isso também o assunto está resolvido (ouviram-se vozes da bancada), em relação aos alinhamentos o Senhor Doutor Francisco fez o pedido em relação à Câmara Municipal e foi-lhe entregue essa resposta na Câmara Municipal, a mesma resposta pode ser dada aqui, pode ser mostrada, não há problema nenhum em relação a isso. Não sei se em relação ás bombas querem saber mais alguma coisa porque os esclarecimentos que foram pedidos aqui na Assembleia pelo Deputado Municipal foram-lhe todos enviados com algum atraso porque, e reconheço isso, tinha julgado que já tinham sido enviados e só por uma conversa pessoal é que me disse que ainda não tinham sido e no dia seguinte foram todos enviados. Estamos a aguardar serenamente aquilo que o IGAT nos queira dizer sobre a queixa que o Partido Socialista fez sobre a instalação daquelas bombas. -----

-----Deputado Municipal Luís Tibério só no que diz respeito aos regulamentos e no que diz respeito ao tempo que se devia ter para poder analisá-los. Não sei se recordam à uns meses atrás nós enviamos para os grupos parlamentares projecto de alguns desses regulamentos para colher opinião de cada um dos grupos parlamentares e o seu responsável da bancada parlamentar vem aqui a dizer que não tinha nada que receber aquilo, que era da inteira responsabilidade do Município e só quando viessem para aprovação é que se pronunciariam sobre isso, está nas actas expresso, portanto os Senhores têm que dizer o que é que efectivamente

pretendem. Se pretendem que a gente mande antecipadamente, se pretendem só depois para aprovação, porque foi rigorosamente isto que se passou. No bom entendimento começamos a mandar os regulamentos em projecto para que os Senhores se pudessem pronunciar e nos pudessem dizer também alguma coisa considerando isto uma discussão não formal pública mas uma discussão pública, foi rejeitado da vossa parte portanto em relação a isso Senhor Deputado Luís Tibério não tem razão nenhuma quando fala do tempo dos regulamentos e quando chega o tempo dos regulamentos.-----

-----A Deputada Antónia Moura no que diz respeito ao aeródromo não são três formandos, são o triplo, são nove formandos e cada um deles paga mil e quatrocentos euros por o curso. Era esta a questão não era? Que tinha colocado? Paga mil e quatrocentos euros à Câmara cada formando para fazer o seu curso. Era esta a pergunta não era? (a Dona Antónia respondeu do lugar, como tal não ficou gravado) Para pagar os livros de Inglês que já damos e para pagar os livros de Música que já damos e para pagar a alimentação a todos os garotos que estão deslocados que já damos (ouviram-se vozes da bancada) não, não os livros pagamos nós senhora Deputada, os livros pagamos nós e para pagar tudo isso eventualmente. -----

-----Em relação ao Conselho Municipal de Educação que aqui levantou a questão, eu hoje não lhe consigo dar a resposta porque a minha chefe de divisão que tem essa responsabilidade não está mas vou averiguar a situação e se houver erro da nossa parte nós assumiremos e sem constrangimentos, da mesma forma como gostava de ter ouvido a Senhora Deputada Municipal chegar aqui e dizer que errou quando afirmou que a responsabilidade dos computadores que estão na sua escola de não estarem a trabalhar que era da Câmara e que não era da escola. Com o mesmo a vontade eu chego aqui e se nós não tivermos razão eu às professoras em causa pediremos desculpa porque o acto de pedir desculpa é um acto nobre da democracia portanto essa também o faremos com o maior dos a vontades e julgo que era só aquilo que faltava responder em relação às questões”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** voltou a intervir e disse: “relativamente às questões foram totalmente ou parcialmente respondidas vamos dar apenas dois minutos a cada interveniente porque já ultrapassamos até duas horas. Agradecia que não ultrapassassem os dois minutos se fizerem favor”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** voltou a intervir novamente e disse: “quero pedir perdão ao Senhor Jornalista presente por não o ter saudado na minha primeira intervenção ainda não o tinha visto, embora o Senhor seja bem visível ao longe mas em qualquer um dos casos peço desculpa. -----

-----Senhor Presidente da Assembleia terminou a sua intervenção e deu-me uma ajuda preciosa quando disse - as respostas foram parcialmente

dadas, mesmo muito parcialmente, algumas nem parcial, nem total nem nada porque não foram mas vou sequenciar a minha intervenção em função das pessoas que aqui trataram dos temas que eu também tratei.-----

-----Em primeiro lugar o Senhor Presidente da bancada parlamentar Senhor Deputado António Martins, pela primeira vez me sinto bastante realizado nesta Assembleia porque consegui por a bancada da situação a falar, foi bom, já me sinto realizado. Queria só dizer-lhe que os assuntos que o Senhor aqui focou e disse serem dignos de ser tratados nesta Assembleia, eu também considero que o são e então lembro-lhe que faz parte dos seus poderes com a antecedência devida comunicar à mesa da Assembleia os temas que gostaria de ver inseridos, integrados na ordem de trabalhos, de maneira que nesse campo está perfeitamente a vontade, depois fez mais uma outra consideração que eu por razões de tempo não vou aqui guerrear, fez uma outra que eu penso que é de carácter puramente pessoal, não disse o meu nome mas deu umas dicas que penso toda a gente percebeu, eu também percebi que seriam para mim, como são de foro pessoal, porque são de foro pessoal, estou perfeitamente a vontade para lhas dar em público ou em privado mas não nesta Assembleia para não fazer perder tempo, e porque as acho desfocadas. São considerações de ordem puramente pessoal, não são das de responder aqui mas terei muito gosto quando o Senhor quiser de falar consigo, não é que seja em privado pode ser em público, eu não tenho gabinete não digo que recebo ninguém no meu gabinete, mas recebo em qualquer lado, isso não interessa. -----

-----A Senhora Deputada Zita fez umas considerações de ordem ecológica que eu gostei bastante, agradeço-lhe mas queria em qualquer dos casos pedir à mesa que uma vez eu ser um leigo informático tivesse a maçada de me continuar a mandar por escrito a informação que entendesse relevante mas também considero que de facto à matéria em demasia que não dá para ler e por vezes nem as costas se aproveitam porque está escrita dos dois lados, não vale a pena mandar, de facto entendo eu que há informação demasiado exaustiva que não é lida por alguns Deputados mas em contrapartida à outra que falha, isto é, aquela que muitas vezes é aqui pedida. O Senhor Vice Presidente João Henriques falou na questão de alteração do regime público para privado do domínio Municipal, e havia um problema que foi aqui levantado e que ele deu uma resposta tardia que dificultou um bocado a resolução do problema, foi a história da reversão. Se tivesse vindo um parecer fundamentado do Gabinete Jurídico desta Câmara, do Gabinete de Apoio Jurídico será mais fácil, há questões que podem ser resolvidas com mais papéis mas se facto há papéis a mais para a minha camioneta e penso que para a camioneta da maior parte das pessoas que aqui estão, pode-se eliminar. -----

-----Quanto ao Senhor Presidente da Câmara penso que o senhor Presidente da Câmara revelou que compreende perfeitamente o papel desta

Assembleia como fiscalizadora dos actos da Câmara, penso que errou quando disse que não é obrigatório vir às Assembleias, é obrigatório o Senhor vir às Assembleias salvo motivos fundados, alínea t do art. 68 e o nº 1 do 48 da Lei-Quadro, é obrigatório o Senhor vir às Assembleias a não ser que tenha motivos fundados e depois poderá delegar. -----

-----Quanto aquele assunto que o Senhor disse das bombas, o Senhor disse que achou mal tanto uma como outra referindo-se à que está mais enfrente à Capela da Senhora do Caminho ou mais nas traseiras da Senhora Caminho, bem se acha mal tanto uma como outra poderia pelo menos remediar o mal desta última que é a que está em causa, se o não fez o Senhor saberá quais as razões. Com isto termino continuando a dizer que tem razão o Senhor Presidente quando disse que as respostas foram parciais, foram mesmo muito, muito parciais e não creia que à Quando disse que há consonância, que há bom entendimento entre a Câmara e a Assembleia ninguém está a contestar que isso é..., mas ninguém levantou aqui esse problema, o problema que se põe é de relacionamento institucional e de colaboração para tratar dos problemas do Município”. ----

► **MANUEL TIBÉRIO** voltou a intervir e disse: “ rapidamente para não entrarmos aqui num jogo de ping-pong que nos levaria muito longe, isto a conversa é como as cerejas e os tremoços quando a gente começa a falar nunca mais se cala, só duas ou três observações, a primeira em relação ao Senhor Presidente da Assembleia, eu não acuso nunca ninguém falo mas não faço nenhuma acusação, ou a intenção não é essa, apenas me preocupo sempre com o desempenho da instituição e neste caso com o bom desempenho da Assembleia, lamento que a propósito desta discussão o Senhor Presidente tenha chutado para canto e tenha passado a bola para a esfera da acção do meu amigo Miguel, vais levar duas chapadas porque não entregas as coisas a tempo, estou a brincar. -----

-----Em relação às bombas é um assunto que eu não conheço apenas conheço de ouvir, mas só para dizer o Senhor Presidente da Câmara referiu para justificar a instalação de umas e outras, ou melhor para justificar a instalação das primeiras bombas disse assim «o homem estava perdido e hoje encontra-se orientado ou a trabalhar» foram as palavras que usou, eu não sei se alguém gosta de ouvir este tipo de discurso do coitadinho, coitado vamos aprovar isto porque o homem está perdido, eu não sei se esta também é a razão para aprovar as bombas enfrente, se alguém está perdido que precise também ser orientado no seu trabalho, se o é penso que não deveria e depois também dizendo se o Senhor Presidente não concorda com umas e com outras então não concorda mas aprova, mas afinal andamos aqui a fazer o quê, quais são os critérios da Câmara para aprovar, ou o Senhor Presidente se tem algum voto na matéria, diz que não concorda mas as coisas nascem há aqui algo que não está muito bem, não sei, não sei bem. -----

-----Em relação aos regulamentos que nós temos eu até estava convencido que eram para ser discutidos hoje, em relação aquilo que o Senhor Vereador João Henriques refere de que a bancada do grupo parlamentar tinha dito que não se queria pronunciar, agora por acaso já me recordo disso, que o Moreno tinha dito alguma coisa sobre isso, eu quando me referi a este aspecto do funcionamento da Assembleia referi-me não aos regulamentos, não aos prazos mas à utilização da consulta pública enquanto forma de participação, foi isso que me referi e isso tem a ver não só com este caso mas com outros isto é a preocupação que nós devemos ter no uso deste instituto de consulta pública como forma de participação. O que me parece que não é só aqui que sucede, usa-se a consulta pública, apenas anuncia-se no Jornal está em consulta pública mas isto em termos de efeitos práticos é muito pouco basta ver logo na primeira folha que a gente recebeu apenas duas ou três inscrições e ninguém em privado se manifestou nessa consulta pública porque se calhar a consulta pública não é promovida como deveria ser para que todos nós tivéssemos acesso a ela. Foi neste sentido que eu me pronunciei e não propriamente em relação aos prazos, ou de querermos ou não querermos, nós queremos participar sempre na discussão das coisas”.

► **ALBINO RODRIGUES** voltou a intervir e disse: “ quanto ao excesso de páginas estou perfeitamente de acordo com a Zita, não digo estar já em on-line mas se calhar mandar para os e-mail dos Deputados que aqui estão, está sempre feito é só mandar, é evidente que quem aqui está não pode mais tarde vir dizer que não se mandou em suporte de papel, a convocatória sim, a convocatória deveria ir para toda a gente, também sou um que gosto da natureza e das árvores.

-----Quanto ao segundo ponto e em relação ao Senhor Presidente da Junta de São Martinho eu não disse que não havia vida nas aldeias eu vou à aldeia todos os fins de semana, vou às aldeias, só nasci no Porto porque de resto sou Mogadourense e bem Mogadourense conheço o Concelho desde a faia de Lamoso até Valcerto, até à Roca ou Fuso, conheço o Concelho todo não há lugar nenhum no Concelho que eu não conheça e não disse que estava mal colocarem lá os Pavilhões nas aldeias não disse isso, eu disse é que: e se fosse possível, todas as aldeias terem, todos os lugarejos terem tanto melhor, sabemos que não é possível, agora na vila não há, fico muito satisfeito com o local que o Senhor Presidente indicou, muito satisfeito, é uma boa iniciativa penso que irá funcionar. Eu também sei que existem classes, o meu filho faz parte de uma dessas classes, agora é para aqueles que não têm dinheiro, ou que ocasionalmente jogam ou querem jogar no final da semana e têm ali um recinto aberto para poderem praticar, eu vejo miúdos, os meus sobrinhos quando vêm aqui juntam-se com o filho de a, b e c e poderão praticar desporto, no fim de semana, vão jogar um jogo de futebol, não precisam de saltar o muro da Secundária, é nessa perspectiva, é

ocupar a Juventude, eu tenho alunos das várias aldeias do Concelho, eu sei que há gente nas aldeias, infelizmente há menos do que nós queríamos que houvesse. Eu não foi na perspectiva derrotistas nem de acabar com as aldeias, é mal que isso aconteça, eu agora direi o seguinte, eu não vi e agora é para toda agente não vi nenhum Presidente exceptuando o Senhor Presidente da junta de Bruçó não vi nenhum Presidente da Junta vir aqui quando a Câmara propôs um projecto de limpeza da aldeias, (as pessoas das aldeias votaram em mim e em vocês), não vi nenhum Presidente da Junta dizer sim Senhor o projecto é interessante mas que seja feito para as aldeias, elas também estão sujas, volto a dizer com a excepção do Presidente da Junta de Bruçó”. -----

▶ **ANTÓNIA CARDOSO** voltou a intervir e disse: “ficámos então a saber quanto paga a Câmara pelos formandos do curso do voo à vela, são doze mil...”-----

▶ **JOÃO HENRIQUES**, interrompeu e disse: “não, não, quanto recebe por cada formando, quanto paga cada formando, não é quanto paga a Câmara”.

▶ **ANTÓNIA CARDOSO** prosseguiu “então aí é pior: A Câmara por cada formando quanto paga? Uma das perguntas foi essa. E quanto tocava à Câmara o custo do curso do voo à vela? -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, interrompeu e disse: “ Senhora Deputada queira dirigir-se para a Assembleia e apresenta as questões que tem a apresentar e eu agradecia que não houvesse diálogo, depois a resposta vai ser dada em conformidade”. -----

▶ **ANTÓNIA CARDOSO** prosseguiu com a sua intervenção e disse: “ as minhas perguntas eram: De quanto despendia a Câmara por cada formando e quanto ficava à Câmara o custo do curso do voo à vela, então assim já não sei e depois poderá então vir a ser a única escola do país. Será que vai ser, e se for até quando? Possivelmente acontecerá como do Pólo que o Senhor Presidente disse aqui numa Assembleia que mostrando a visão do Senhor Presidente a Médio Prazo poderia o nosso Pólo construído aqui reunir aqui crianças de Miranda, Freixo; parece-me que o Senhor Presidente não vê que os meninos de cinco e seis anos alguns, percorrem já uma hora de transporte à noite outra de manhã e possivelmente ainda quereria aqui os dos outros Concelhos como se eles aceitassem de bom grado isso que é meramente impossível. E agora pergunto em que fase se encontra? Porque estamos a dois meses do fim do ano lectivo e será como o ano passado que eu fiz aqui a mesma pergunta, ninguém respondeu e depois as condições são as vistas. -----

-----Quanto aos computadores eu peço desculpa quando reconheço que erro e já o fiz aqui só que agora não vou pedir e não vou pedir por uma razão muito simples, não estou ainda esclarecida, eu saí da Assembleia fui ter com o Professor Paulo que é o coordenador do Primeiro Ciclo e disse-

lhe que na Assembleia me tinha sido dito que tinha sido a escola que tinha ficado de ligar os computadores, ele como resposta sorriu-me como quem não quer falar no assunto; daí fui para o Professor Jacinto que é o Presidente do Conselho Executivo e ele disse-me que de facto tinha sido verdade que o Doutor Mário Grave disse que ligaria ele os computadores e então fui procurar ao Doutor Mário Grave porque é que os computadores, os catorze computadores, que são de facto catorze mais um que está numa sala em baixo até são os quinze, penso eu, não sei se está contado e o Doutor Mário Grave disse: bem eu não quero falar no assunto porque o Doutor João Henriques disse-me que aquilo era material caro e que não valia a pena, não sei quantos..., então eu não sei em que fico por isso não peço desculpa só estando com o Doutor João e com o Doutor Mário Grave é que eu poderei tirar a conclusão de onde está a culpa”. -----

► **ANÍBAL MORENO**, voltou a intervir e disse: “Em primeiro lugar não me foi respondido na plenitude à questão dos avençados, disseram-me que foram oito mas não às áreas para que foram contratados, de qualquer forma eu vou elucidá-los de um caso que me chamou a atenção porque vi o aviso publicado pela Câmara Municipal, o aviso é o sessenta e nove de dois mil e sete e que diz o seguinte: Para os devidos efeitos legais torna-se público que por meu despacho de três de Janeiro de dois mil e sete foi renovado o contrato de avença por mais seis meses como Técnico Superior de Informática de Gestão Luís Filipe Silva Parreira de três de Abril a dois de Outubro de dois mil e sete e assina o Senhor Presidente da Câmara António Guilherme Machado e isto chamou-me a atenção porque na anterior Assembleia, na informação que nos foi dirigida sobre a actividade dos Vereadores, quem faz todo o apanhado da actividade dos Vereadores e que assina aqui o Secretário da Vereação é este mesmo Luís Filipe da Silva Parreira, estranho que se faça um contrato de avença que segundo a sua formação seria para efeitos de implementação de alguns sites informáticos mas aqui chegamos à conclusão que afinal as funções que desempenha é de Secretário dos Vereadores, isto é uma ilegalidade de todo o tamanho em que o avençado está às ordens da Câmara Municipal, não é um trabalho independente e como tal existe ilegalidade nesta avença que está em prática. Gostaria que o Senhor Presidente esclarecesse esta situação. -----

-----Depois passando ao que foi dito pelo Deputado Municipal da bancada do PSD em que diz que só ele é que sabe o resto da Assembleia não sabe o que é relevante, o Senhor Deputado pelos vistos é que sabe o que é relevante e para ele o que é relevante é não falar da actividade da Câmara o que é relevante é falar da actividade do Governo porque de facto neste momento quem está no Governo não são os Senhores mas sim o Partido Socialista, portanto não é relevante falar da Câmara só que estes Deputados Municipais desta Assembleia Municipal foram eleitos efectivamente para exercer a fiscalização deste Executivo e desta

Assembleia, não foram eleitos para exercer a fiscalização do Governo da República. Também afirmou que os Senhores não vêm para aqui a tratar de assuntos particulares, pois olhe que informo o Senhor Deputado que nós também não vimos para aqui a tratar de assuntos particulares e quando afirmou aqui que se levantou um assunto de um cliente isto não é um assunto de cliente nem de meio cliente isto é um assunto do conhecimento público em que uma determinada obra foi entregue a quem de facto não podia executá-la por falta de alvará. E vou esclarecê-lo o que é que diz o Decreto – Lei 12/2004 no seu art. 31 nº 3 que diz o seguinte: os donos de obras públicas, os donos de obras particulares nos casos de isenção, que era o caso, ou dispensa de licença, ou utilização administrativa que as entidades licenciadoras de obras particulares devem assegurar que as obras sejam asseguradas por detentores de alvará ou título de registo, como vê esta era uma ilegalidade que faz todo o sentido nós levantarmos nesta Assembleia Municipal. Não é uma questão particular mas é uma questão do domínio Público. -----

-----Sobre a questão da Unidade Básica de Saúde Senhor Deputado faça a pergunta ao Senhor Presidente da Câmara que com certeza ele lhe saberá responder em que situação está, mas se tem ouvido a Comunicação Social de certeza que sabe que ela está bem encaminhada e que vai ser implementada brevemente. -----

-----Quanto às acessibilidades e mais precisamente sobre a estrada que aqui referiu, a 219 ter parado, também o Senhor Presidente da Câmara terá informação concreta para lhe dar sobre este assunto, deve-lhe colocar essa questão porque eu próprio também a coloquei ainda muito recentemente ao Senhor Governador Civil porque de facto me preocupa essa situação e o que se passa nesse troço é que parece que há alguém dentro do organismo que anda a boicotar o trabalho daqueles que querem que de facto a obra ande para a frente tendo informado que a obra estava a concurso já há mais de um ano e que neste momento chegou-se à conclusão que nem o projecto ainda existia. A responsabilidade neste caso não foi do Governo mas sim de alguns elementos que estão em determinados serviços que tudo fazem para boicotar a actividade governativa. -----

-----Sobre o fecho das escolas também aqui falou. As escolas que tinham que fechar já todas fecharam e lembrar-lhe que foram vocês que aprovaram a Carta Educativa em que propunham o encerramento de todas essas escolas. O Ministério da Educação nada mais do que dar seguimento à Carta Educativa feita aqui por esta Assembleia Municipal. Vou esperar que a Câmara Municipal me informe dessa questão desta avença que quanto a mim não faz nenhum sentido ou então há de facto ilegalidade na forma como foi contratado”. -----

► **ALTINO ALEIXO**, usou da palavra e disse: “apenas três observações: a primeira é para a Senhora Elisa Felgueiras quero-lhe dar os parabéns pelo

trabalho desenvolvido até aqui, em segundo lugar esperar que o trabalho desenvolvido agora pela nova colaboradora seja exemplar e quero também dar os parabéns ao Senhor Orlando pelo facto de ser o primeiro Secretário que eu conheço a estar aqui em representação da Junta de Mogadouro. -----

-----Vou ser breve dizendo o seguinte: visto que este ponto também é de interesse para o Concelho e faz parte da ordem do dia é que de facto as autarquias são muito importantes para o desenvolvimento do País e as autarquias começam pelos Presidentes da Junta. A mim ninguém me pediu para defender mas queria dizer que os nossos Presidentes da Junta, eles próprios são uns mouros de trabalho, têm muito trabalho. Isto porquê? Existem Presidentes da Junta que até o dinheiro ou o cheque recebem ao seu Secretário e lho entregam. Quer isto dizer que o Secretário não vale nada, existem outros que até vão à procura do Tesoureiro para lhe assinar os cheques. Meus Senhores os Presidentes da Junta não merecem ter tanto trabalho, os Presidentes da Junta têm que por os seus Secretários, os seus Tesoureiros e inclusivamente muitos Presidentes da Assembleia porque alguns deles também recebem a sua comparticipação portanto acho que os Senhores Presidentes trabalham demais. De facto são eles eleitos, fazem as suas equipas, as suas equipas são para trabalhar, não querem trabalhar vão para fora e fazem com que haja mais interesse visto que essas pessoas que caem fora com certeza que irão formar uma lista, passarão para a oposição e visto que há tão pouca gente nas nossas aldeias, que é difícil arranjar pessoal para fazer listas para concorrer às eleições é uma boa ideia.-----

-----Em segundo lugar era para responder ao Senhor Deputado António Martins, de facto eu até comungo das preocupações dele e faço minhas as palavras do Moreno em relação a isso e quero-lhe dizer o seguinte que em termos de críticas e de falhas se quiser tem muito onde se explanar na Revisão do Plano Plurianual que vamos discutir a seguir. -----

-----Em relação ao Senhor Presidente da Junta de São Martinho quero-lhe dizer que concordo inteiramente com ele, faço minhas as palavras dele e devo-lhe dizer o seguinte: o que me ficou na memória é que ele tinha planeado vir aqui a falar no final da Sessão nos outros assuntos, aí e devido a isso é que eu vim aqui, visto que ele explanou tão bem e a preocupação dele também é a minha e as ideias dele também são as minhas, eu acho que tinha uma grande oportunidade para vir aqui. Penso como ele disse que só ia a falar no fim, penso que não tinha programado vir aqui a falar antes, eu acho que tinha uma belíssima oportunidade para vir focar esse ponto e debater esse ponto na Revisão do Plano Plurianual, isto porque há situações de Polidesportivos, Jardins e outras coisas que mexe também muito com a Juventude. Como o tempo é longo vou-me ficar por aqui”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** voltou a intervir e disse: “ vou ser muito breve só para alguns esclarecimentos é só para dizer ao Senhor Deputado Ilídio Martins é que de facto nós intervimos como já tinha dito quando

entendemos que o devemos fazer, não somos reaccionários, não é pelo facto dele ter feito esta intervenção que leva os Deputados da nossa bancada a falar mais ou menos, eu por acaso já tinha previsto falar acerca deste assunto antes da sua intervenção. Quero também dizer que apenas o conhecimento da Assembleia Municipal portanto nada pode ter de pessoal a minha intervenção em relação a si, tem apenas a ver com o medo que o Senhor aqui mostrou acerca dos problemas em relação ao assunto que foi tratado na Sessão anterior. É que nós temos por princípio iniciar a questão para que depois então quando os problemas surgirem os poder atacar. Não vamos porque sabemos que vamos encontrar problemas, não vamos desistir de levar por diante os nossos intentos porque se assim fosse não se conseguiria nada. Achamos que o processo deveria ser iniciado, foi isso que eu disse na minha intervenção porque se não o iniciássemos à partida não seria possível levar por diante o assunto que aqui foi trazido acerca da construção a custos controlados. -----

-----Ao Senhor Deputado Moreno – não sou só eu que sei aquilo que é relevante aqui e eu disse aqui muito claro que o relevante é subjectivo e compreendia o papel da mesa em deixar falar tudo porque não me recordo de alguma vez a mesa ter tirado a palavra a alguém para falar sobre aquilo que fosse, o que eu disse foi que havia assunto que podiam ser tratados com um simples telefonema ou passar para outros assuntos, tão simples como isso. De qualquer das formas reafirmo aqui que sempre considero mais importante os assuntos que aqui foquei do que propriamente a limpeza da sarjeta que ficou entupida porque choveu ontem, ou porque se fundiu a lâmpada, ou outros assuntos do mesmo tipo.-----

-----Quanto ao assunto de clientes a Câmara logicamente se quiser responderá a esse assunto, ao que sei a obra nem sequer era da Câmara, mas são assuntos que a Câmara poderá esclarecer. -----

-----A Unidade Básica só a Câmara é que tem responsabilidades, a Câmara penso que tem feito tudo o que está ao alcance para manter a Unidade Básica de Saúde mas também não me respondeu à questão que eu lhe coloquei o porquê do parecer negativo dos Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República acerca da manutenção em Mogadouro da Unidade Básica de Saúde.-----

-----Se a obra da estrada 219 está boicotada importa saber quem a boicota e quem está em melhores condições neste momento para averiguar quem está a boicotar a estrada. -----

-----Quanto à questão das escolas eu nem queria dizer mais nada porque isto tem sido o cavalo de batalha desde há muito tempo fica no ar a questão de quem fecha as escolas mas toda a gente sabe, acho que não há aqui ninguém que não tenha ouvido dizer na televisão que foi uma decisão do Governo fechar todas as escolas com menos de vinte alunos, isto já foi dito milhentas vezes fica dito mais uma vez. -----

-----Quanto ás questões que devem ser colocadas à Câmara têm sido aqui nesta Assembleia quer por uma bancada, quer por a outra e a câmara no que lhe diz respeito acho que tem cumprido muito bem com o seu papel, tem tentado esclarecer e quanto a questões ás vezes até de uma dificuldade maior acho que tem desempenhado muito bem o seu papel porque tem conseguido as realizações importantes para o Município”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou novamente da palavra e disse: “Pólo da Secundária Senhora Professora isso vindo de uma Professora, isto não é do dia para a noite. Primeiro a Carta Educativa não foi aprovada propriamente na Câmara, foi aprovada pelo Presidente da Câmara e pelo Conselho Municipal de Educação e por unanimidade e uma Carta Educativa não é para realizar em três meses em seis meses, etc., oxalá que este projecto daqui a três, quatro, cinco, dez anos possa ser realizado porque ou há uma inversão da perda de população em todos esses Municípios da margem esquerda do sabor e então se continuar a processar ao mesmo ritmo vai ver que as Primárias se podem manter até nos respectivos Concelhos mas as Secundárias não, por falta de população e Mogadouro que é o que lá está projectado desde há quatro anos pela Câmara, vai ter oportunidade dada a sua centralidade e se conseguir fazer as infra-estruturas e andar com as infra estruturas mínimas para a frente vai ter oportunidade de receber os outros. Estes projectos precisam de ser apresentados ao QREN, neste caso e depois vamos ver se são aprovados ou não, se forem aprovados é um grande passo, se não forem aprovados caberá a esta Assembleia também decidir e fazer barulho. -----

-----Quanto ao Deputado Tibério ó Senhor Doutor uma direcção de Câmara não é rígida, não é nada disso, uma direcção de Câmara que não tem coração não é direcção de Câmara e aquele homem tinha ali os seus direitos consignados em que tinha durante mais onze anos os direitos dele ou doutros com aquilo tudo que houve de falências ou meias falências tinha ali direitos, esses direitos foram tidos em linha de conta, a gente podia-o atirar logo para o lodo, mas não, isto não é favorecer nada, favorecer é quando eu meter algum dinheiro ao bolso ou dar aos outros, não foi o caso do Virgílio. Quanto ás outras bombas e para lhe responder também, o problema é que depois das coisas instaladas a gente diz está mal ou está bem, isso é assim em todas as obras. -----

-----Quanto aos regulamentos, alguém lhe há-de responder. -----

-----Deputado Albino sabe que hoje passar aqui a rede da escola com mais um sacrifício chegavam ao Parque Desportivo. As crianças que hoje praticam e não andam mais que quinhentos metros podem ir para o Parque Desportivo, agora o que me pode perguntar é se está aberto ao Domingo, mas providencia-se nesse sentido se não estiver aberto ao Domingo.-----

-----Quanto ao Deputado Moreno está-se a passar com aquela estrada 219 aquilo que se passou com a estrada 216, quando eu vim para aqui ela ia

ser concursada, dois meses antes em Março ou Abril de 2002, depois foi aquele martírio que se sabe. Andamos ali imenso tempo e por último a única justificação que foi para protelar as obras e felizmente que elas já tinham começado, foi dizer assim a Ponte de Remondes não aguenta com o peso dos inertes, vamos travar. Com esta 219 acontece quase a mesma coisa, dizer assim o projecto está feito, está feito há dois anos, eu falo também com o Governador Civil ele diz que vai intervir mas não vai intervir nada porque não pode, não pode, pode dizer assim ande lá com o projecto ou chegar ao Secretário de Estado ou ao Ministro e dizer mas a gente também chegou, também chegou ao Ministro e foi das poucas cunhas que eu meti através de um homem que é de Vimioso e que se dá muito bem com ele. Uma entrevista com o Secretário de Estado e ele disse vocês têm é que nos entregar a estrada do Cardal do Douro, mas se tivermos que a entregar vai ter que nos pagar São Pedro, vai ter que nos pagar o Variz porque argumentam que não recebendo daquelas estradas não nos pagam as outras mas aquilo também não é muito significativo deixa ficar tudo como está porque receber agora aquela estrada já como está e com dez anos iria ser um desastre e nessa altura vim a Bragança falámos novamente com o chefe de estradas e ele disse ó Senhor Doutor isto já está e então fomos a Lisboa falar com a pessoa que está encarregada disso que é aqui de Travanca, o Zéfiro e que nos recebeu e disse óptimo o projecto pode estar feito mas tem que chegar ao Porto e ainda não chegou ao Porto. Eu pedi ao Zéfiro para o pedir para lá, entretanto novo pedido para uma reunião com o Secretário de Estado, nova reunião com o senhor Engenheiro Laranjo e neste momento eu não sei se o projecto está feito, se não está feito porque dali ninguém arranca nada, no entanto um ofício lá vai de vez em quando, um pedido de audiência lá vai de vez em quando e estamos nisto, agora o que é incompreensível é que sempre que se fala de um pedido de audiência com o Ministro manda-me para o secretário de Estado e o Secretário de Estado chego lá e manda-me pagar a estrada de além... De maneira que não há dúvida nenhuma que é uma coisa atentatória dizer assim faz-se a estrada de Vimioso até Algos e deixa-se esta estrada aqui que é a estrada (como eu afirmo permanentemente) que é a estrada de transporte dos nossos doentes. O nosso hospital é Bragança, nós agora Mogadouro até vai ser uma urgência básica, mais doentes e mais graves serão transportados por essa via e ficamos na mesma, de maneira que isto está assim continuaremos a bater sempre que seja possível. -----
-----Quanto à Urgência Básica o que precisámos de fazer e eu hoje estou muito satisfeito por isso foi através de alguns artigos nos jornais e através de ofícios dizer que não concordávamos com a posição nem do Hospital de Macedo, nem da Administradora Sub regional da Saúde, nem do Deputado concretizando Mota Andrade a respeito das Urgências Sub básicas porque nós entendíamos que devíamos ter uma Urgência Sub básica e eles diziam

assim: mas não Macedo tem todas as condições, tem um Hospital assim..., e tem, tem aquilo tudo, gastaram ali milhões de contos mas ninguém pôs nunca em causa a Urgência Sub básica de Macedo e o que se pedia era a dizer assim arranjem para Macedo uma Urgência Sub básica, arranjem para Macedo uma utilização hospitalar que não têm cabeça para arranjar, desde os convalescentes a uma Unidade de Oncologia que servisse o Distrito, etc., porque aquilo tem utilidades várias e o Ministro vai arranjá-la, era isso o que nós estávamos contra, façam a Urgência básica mas não tirem a Urgência Básica a Mogadouro porque ela localizasse muito distante dos hospitais e a apanhar uma zona cuja centralidade nós temos. -----

-----Quanto ao avançado o João é que vai a responder”. -----

► **JOÃO HENRIQUES**, usou novamente da palavra e disse: “em relação à Deputada Antónia Moura se eu não me fiz entender eu vou esforçar-me para me fazer entender melhor, cada formando paga mil e quatrocentos euros ao Município por aquele curso, o Município chegou a este valor pagando duas partes, uma parte de propina e uma parte de despesas correntes, a propina que é aquilo que nós achamos que o curso vai ficar ao Município é mil e seiscentos euros e a Câmara Municipal deliberou por unanimidade que nos dois primeiros cursos pudesse fazer um abatimento de 50% para incentivar as pessoas a inscreverem-se e para por a escola a funcionar, destes mil e seiscentos cada formando paga oitocentos e paga mais seiscentos euros para despesas correntes, aquilo que cada formando dá de despesa ao município são os 50% que a Câmara deliberou baixar o preço na parte da propina ou seja oitocentos euros, espero que esteja nesse aspecto tudo dito. Em relação aos computadores EB1 também todos percebemos, felizmente todos percebemos em relação a isso. -----

-----Deputado Municipal Aníbal Moreno, as áreas dos avançados são: Jurista, Professores de Educação física, Topógrafo, Arquivo Municipal, Técnico Superior de Informática e Responsável do Aeródromo. Efectivamente a pessoa em causa o Luís Filipe Parreira é Técnico Superior de Informática da Câmara Municipal não é Secretário dos Vereadores até porque ele para ser Secretário dos Vereadores também teria que ter o vencimento que segundo o que a lei diz são 60% do valor, não sei se é do vencimento do Presidente de Câmara se é do vencimento do Vereador a tempo inteiro, era uma das duas coisas e também não tem, a função dele na Câmara Municipal é de Técnico Superior de Informática também em alguns momentos, alguns tempos que tem livres também desempenha as funções dando apoio à Vereação Municipal, essa é a questão mas ele é Técnico Superior de Informática do Município de Mogadouro. Espero que esteja assim dito porque para, como em outros tempos ocupar as funções de Secretário dos Vereadores era muito mais dispendioso para o Município do que ir alguns momentos apoiando esta actividade”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, usou da palavra para comunicar que iriam suspender os trabalhos e às catorze horas iriam reencontrar-se para ocuparem os seus lugares e iniciar o período da ordem do dia. -----
-----Estando todos de acordo, foram suspensos os trabalhos até às catorze horas. -----

II PARTE

-----Às catorze horas foram reiniciados os trabalhos, tendo-se antes procedido à chamada a fim de se verificar da existência de quórum. -----

-----Responderam à chamada quarenta e nove elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, Ilídio Simões Martins, Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo das Neves, Aníbal José Moreno, José Luís Cordeiro, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Vítor Manuel Parreira Batista, António Luís Bernardo Martins, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Manuel Luís Tibério, Abel Maria Barranco, Maria Zita Rodrigues França Costa, Carlos Alberto Telo Figueira, Luís Maria Mouro, Manuel Alfredo Preto, Albino João Cordeiro Rodrigues, Óscar António Preto Castanho, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Elisiário Emílio Cancela, Carlos Alberto Azevedo, António Maria Venâncio Salomé, Augusto Manuel Vaz, Altino dos Anjos Aleixo, Francisco Augusto Batista Cordeiro, Vítor Manuel Purralo Madaleno, Manuel do Nascimento Vaz Folgado, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Afonso Henrique Pinto Martins, José Carlos Ferreira Lopes, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, José Joaquim Moura, Luís Pedro Martins Lopes, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Maria Joaquina Mariano, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Belarmino Silvestre Pinto, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Cândido Francisco Fernandes, António Maria Mora, Alzira Prazeres Paulo Afonso e José Joaquim Campos. -----

-----Os Deputados que faltam são os Deputados mencionados no primeiro período desta Sessão. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar a existência de quórum prosseguiu com os trabalhos e disse: “ entrando propriamente e só agora no período da ordem do dia queria contudo comunicar à Digníssima Assembleia de que a mesa a partir deste momento apenas deixará usar da palavra as pessoas inscritas, não vamos deixar nem permitir que se venham inscrevendo à posterior para criar algum desentendimento nos trabalhos da Assembleia, quando eu perguntar quem se quer inscrever é efectivamente para darem a palavra porque e ainda bem fui alertado já para essa situação uma, duas, três ou mais vezes, nós temos condescendido tanto dum lado como doutro por conseguinte a partir deste momento agradecia a vossa compreensão para a resolução deste problema que não deixa de ser um

problema às vezes complicado portanto quem se quiser inscrever pede para se inscrever não é quando os outros estão a falar e depois pedem para se inscrever mais tarde, seja dum lado ou doutro respeitamos todos por igual e agradeço que também nos facilitem os trabalhos porque isso muitas vezes é que conduz à morosidade dos mesmos”.

-----Apresentando de seguida o próximo ponto da Ordem do Dia: -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

-----Para apresentar este ponto o Presidente da Assembleia deu a palavra à Câmara Municipal. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou novamente da palavra e disse: “ têm aí o envio da informação escrita, tudo está aí, desde a nossa actividade, quer do Presidente da Câmara, quer dos Vereadores, das reuniões que tiveram. Se tiverem alguma dificuldade ou algum esclarecimento que se possa dar assim de cabeça sim Senhor e depois aqui na Situação Financeira do Município também temos os fornecedores, temos pago até ao fim de Fevereiro, empreiteiros a maior parte está paga, depois há os Leasings e o saldo orçamental, operações de tesouraria está aí tudo, se precisarem de alguma informação fazem favor. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, declarou abertas as inscrições para o uso da palavra relativamente a este ponto. -----

-----De seguida deu a palavra ao único Deputado inscrito.-----

► **ANÍBAL MORENO** voltou a usar da palavra e disse: “ queria que o Senhor Presidente da Câmara esclarece-se a esta Assembleia dois pontos da sua informação, concretamente sobre a reunião de um de Março, reunião essa com o Senhor Ministro do Ambiente para falar sobre o processo de desafecção da empresa de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro em Lisboa, que informasse esta Assembleia qual o resultado dessa reunião e em que pé se encontra esta saída ou não das Águas de Trás-os-Montes e também pedia para que esclarece-se esta Assembleia do ponto focado na reunião do dia vinte e nove de Março com o Senhor Ricardo Lopes sobre um eventual investimento no Concelho de Mogadouro, portanto informar também esta Assembleia de que investimento se trata para melhor estarmos informados da actividade do Município”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou novamente da palavra e disse: “reunião do dia um de Março com o Senhor Ministro do ambiente para falar sobre o processo de desafecção da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro em Lisboa. Foi aqui determinado pela Assembleia, pela maioria a saída das Águas de Portugal, nesse mesmo dia ou no dia a seguir enviou-se um ofício para comunicar ao Senhor Ministro a decisão da

Câmara e a decisão da Assembleia Municipal; para além desse ofício foi também enviado às águas de Trás-os-Montes esse mesmo ofício e ficámos assim neste pé. Ao mesmo tempo pedia-se uma entrevista para discutir o problema, no fim de um mês e depois de insistências quer documentais, quer telefónicas o Senhor Ministro disse: «não tenho vagar, não tenho vagar» e no fim de três meses talvez com a insistência e até interferência de alguns Deputados aqui pelo nosso Distrito o Senhor Ministro recebeu-nos. Eu expus-lhe o problema e ele disse sim Senhor vamos lá ver se obedece ou não obedece às condições do IGAR, até hoje e apesar das nossas intervenções nunca mais respondeu. No entanto talvez tivesse dado uma resposta indirecta através do IGAR que nos faz a pergunta – mantêm-se as condições ou não se mantêm as condições de saída das Águas de Trás-os-Montes, aquilo era uma espécie de questionário a que nós respondemos, respondemos dizendo que as condições provavelmente até já nem se mantêm todas na medida em que um dos nossos grandes problemas seria a adução em baixa, respondemos-lhe e estamos a aguardar uma resposta, não há mais nada. -----

-----Quanto à reunião do dia vinte e nove de Março, reunião com o Senhor Ricardo Lopes que nos procurou, creio que um Senhor Engenheiro ligado à Micologia e que nos pedia a cedência de um pavilhão ou a cedência de um lote no Parque Industrial para poder montar uma empresa para criação de cogumelos, sementes de cogumelos, produção e comercialização. Foram-lhe dadas todas as explicações, todas as facilidades que a Câmara podia dar, dentro da legalidade e aguardamos a resposta desse Senhor que disse que ia estudar o problema. -----

-----2. 2 *Análise e deliberação sobre “DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO FINANCEIRO DE 2006”*-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou novamente da palavra e disse: “chegámos ao momento de discutir a gerência do Município durante o ano de 2006 de contas, aliás como compete ao Executivo na pessoa do Presidente da Câmara e no que diz respeito a alínea c do nº2 do art. 53 da Lei 5-A de 2002 de 11 de Janeiro, elaborar um relatório de gestão para dar conhecimento à Assembleia Municipal permitindo-lhe o controle político e a apreciação da qualidade da gerência e dos resultados obtidos. Este relatório será após discussão e aprovação pela Assembleia Municipal enviado ao Tribunal de Contas para controlo jurisdicional e aos órgãos da tutela da Administração Pública Central para controlo administrativo de verificação de legalidade.-----

-----Quero em primeiro lugar chamar a atenção para o 2.º Parágrafo do Relatório em que se evidencia que a execução orçamental da Receita é de 60,1% registando um aumento em relação a 2005, de 6,4% o que corresponde a 270.000,00 Euros. Ora este valor é tanto mais de realçar quando não se registaram neste período aumento de taxas e tarifas nem tão

pouco dos Fundos Municipais (Fundos de Coesão, Fundo Geral Municipal e Fundo Base Municipal) acresce ainda que no final do ano registávamos um crédito resultante do atraso no recebimento de 1.000.000,00 Euros relacionados com Fundos Comunitários e contratos programa. Se este crédito se tem consumado até 31 de Dezembro de 2006, então a execução orçamental da receita não seria de 61,1% mas sim de 63,8%.-----

-----Analisando ponto por ponto a gerência do executivo no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006 e tomando como base de comparação o ano de 2005, verificamos que: -----

-----I – Receitas correntes – Houve de facto uma diminuição das receitas correntes em 2006. -----

-----Em 2005 obtivemos receitas correntes no valor de 7.214.367,44 e em 2006 de 6.970.923,56 o que se traduz numa diminuição de 243.443,60 ou seja 3,4%. -----

-----Aumentamos a receita em 9.000 Euros nos impostos directos e 5.000,00 € no rendimento de propriedades, correspondente a juros. -----

-----Diminuímos 3.000,00 € nos impostos indirectos. -----

-----De que resulta então o défice? -----

-----a) Taxa e Multas e outras penalidades.-----

-----Em 2005 foi aplicada à empresa Construtora Ladário uma multa no valor de mais de 60.000€ o que aumentou substancialmente as receitas de 2005, em 2006, esta receita como é óbvio não se verificou. Em 2005 houve uma receita esporádica de mais de 60.000€ que não se verificou em 2006 onde não houve multas.-----

-----b) Transferências correntes. -----

-----Neste item houve uma diminuição de 25.000,00 Euros. -----

-----Em 2005, o estado compensou a autarquia por quebra na receita da Sisa no valor de 21.577,00 € que foi recebida em 2005, claro que em 2006 esta receita esporádica não se verificou, houve um decréscimo que está justificado. -----

-----c) Venda de serviços. -----

-----Verifica-se nesta rubrica uma diminuição de 120.000,00 €, cobrança de água 20.000,00 €. Este défice na cobrança da água é aparente porquanto resulta do facto do mês de Outubro de 2005 ser creditado no próprio ano de 2005 e o mês de Outubro de 2006 só ser creditado em 2007 (por atraso bancário). A não se verificar este facto teríamos um aumento nesta rubrica. -----

-----Renda das infra-estruturas cedidas pela EDP. Houve aqui uma diminuição de 91.000,00 € que resultou do facto da EDP ter pago ao município a renda de cinco trimestres (o último de 2004 e os 4 de 2005) ora em 2006 transferiu os 4 trimestres que lhe pertenciam o que equivaleu a menos. -----

-----d) Outras receitas correntes. -----

-----Caíram 40.000,00 € o que se deve à quebra do valor do IVA em

cerca de 10.000,00 € e ao pagamento do Programa das Amendoeiras candidatado e aprovado em Flor de 2002 e 2003 e só pago em 2005 no valor de 30.000,00 €. Claro que em 2006 esta receita não se verificou.-----

-----Em conclusão não houve aumento das receitas correntes porque por um lado o Estado não aumentou o valor das transferências de fundos (coesão, geral e base) e porque a Câmara não procedeu ao aumento de taxas e pelas receitas esporádicas aumentadas grandemente em 2005.-----

-----II – Receitas de capital – As receitas de capital aumentaram cerca de 6% ou seja 535.933,00 € o que é satisfatório. O valor de 400.000,00€ resultante da venda de terrenos; 18.0000,00 € da transferência de capital (fundos comunitários) e 80.000,00 € de empréstimos.-----

-----III – Outras receitas – Tivemos nesta rubrica uma diminuição de 55%, ou seja, de 22.000,00 €. Esta diminuição é aparente já que resulta de pagamentos a mais feitos em 2004 e reembolsados em 2005. Em 2006 situações desta natureza só corresponderam a 3.000,00 €. O ideal seria não se verificarem estas situações que nem sempre são da responsabilidade do executivo. -----

-----IV – Despesas correntes – Nesta rubrica houve um aumento global das despesas correntes em 106.884,00 € que resultou essencialmente do aumento da aquisição de bens e serviços relacionados com transportes escolares e com os resíduos sólidos. É de destacar que os custos com pessoal sofreram uma redução de cerca de 107.000,00 € apesar de se ter registado um aumento de 10 a 13% nos encargos com a Caixa Geral de Aposentações. -----

-----V – Despesas de capital aumentaram 2,15% ou seja 208.300,00 € o que significa que fizemos mais investimento como se pode verificar no Quadro 3 do Relatório que nos dá conta do aumento sistemático das despesas de capital desde 2003 (5.999.151,22) a 2006 (8.813.309,38). -----

-----VI – Transferências de capital aumentaram 19,41% ou seja 116.140.00 € em relação a 2005. O valor de 714.348,61 € transferido para as Fabriqueiras, 50.626,67 €, para os Centros Sociais, 95.580,00 € e para os Bombeiros 80.000,00 €, para as Juntas de Freguesia 488.221,94 € representa um custo muito elevado para o Município porquanto equivale a mais de um mês de Fundos Municipais e outros. Nós demos às Fabriqueiras, aos Bombeiros e às Juntas de Freguesia o que corresponde a um mês de FEFE, mais de um mês de FEFE. Não esquecer que apoiamos todas essas entidades em detrimento de uma melhor execução do próprio Plano Plurianual de Investimentos da Câmara e pergunto: Qual é a Câmara que dá mais de um mês de FEFE a todas estas entidades? Com este dinheiro, quero chamar também a atenção pagávamos 30% da dívida de curto prazo que corresponde a 2.702.000,00 €. -----

-----Quanto ao aprovado para as Juntas de Freguesia, 650.000,00 € (325.000,00 €) directamente foram entregues na íntegra e os restantes

325.000,00 € em protocolos e só não entregues porque quem os subscreveu não os executou. -----

-----VII – Participações comunitárias, tivemos um aumento de 1,2% em relação ao ano anterior. Assim em Fundos Comunitários e contratos programa obtivemos um aumento de cerca de 38.058,00 € num total de 3.306.146,00 €.-----

-----VIII – Dívidas a terceiros, o montante global de dívidas a terceiros representa um aumento de apenas 1%, isto é a dívida de curto prazo a fornecedores e empreiteiros no valor de 2.702.843,00€ regista um aumento de 27.760,00€ mas peço-lhes que atentem que em 31 de Dezembro de 2006, 1.235.822,50 € desse facturação tem menos de 60 dias e apenas 585.402,50 € atingem os 120 dias. -----

-----Quanto à dívida de médio e longo prazo relacionada com empréstimos bancários registava um aumento de 28,9 % em relação ao ano anterior (totalizando 7.141.708,14 €). O correspondente a este aumento foi-nos proposto pela DGAL (Direcção Geral das autarquias locais) e a não ser aproveitado poderia não vir a sê-lo no futuro. Aliás parte deste empréstimo ainda não foi levantado. -----

-----A dívida com contratos de locação financeira era no final do ano de 220.338,80 € (Leasings da giratória do carro do Presidente que ainda não está pago). -----

-----Quanto à capacidade de endividamento há duas formas de a calcular: a) Considerando que os Fundos Municipais que se elevam a 8.531.481,00€ temos direito a 1/8 o que representa 1.067.185,00 €. O endividamento seria então de 61%.b) Considerando a 2ª hipótese, 10% do investimento de 2005 que foi de 8.747.688,91 € teríamos 874.768,90 € o que representa 74,4% da capacidade de endividamento.-----

-----Se como é de lei excluirmos os encargos com empréstimos contraídos para a execução de projectos financiados pelos fundos comunitários e que são a grande parte, esta percentagem desce para 23,6% no 1.º Caso e 28,8% no 2.º Caso.-----

-----Estamos muito satisfeitos com a saúde financeira do Município porquanto constatamos que a totalidade da dívida em 31 de Dezembro de 2006, incluindo empréstimos, leasings e dívidas a fornecedores é possível pagá-la num só ano com o valor dos fundos municipais a que o Município tem a receber por direito do Estado, isto apesar dos muitos empréstimos que já estão calculados, os muitos empréstimos que acabam no fim ainda de muitos anos”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou que relativamente a este ponto se ia proceder às inscrições, de seguida deu a palavra aos Deputados inscritos. -----

► **ANÍBAL MORENO** já no uso da palavra disse: “ da análise dos documentos de prestação de contas referente ao ano económico de 2006 a

primeira constatação que se pode chegar é que mais uma vez os objectivos que tinham sido propostos não foram atingidos. Com um plano Plurianual de Investimentos no valor de 17.873.000€ apenas foi executado o valor 8.813.000€, isto é inferior a 50%, foi mais o que ficou por executar do que efectivamente foi realizado. Analisando as grandes rubricas do Plano Plurianual de Investimentos gostava de salientar o enorme esforço que o Executivo desenvolveu no campo da Acção Social Habitação, em que a execução se ficou por os zero euros assim como a resolução do abastecimento de água ao sector nascente que também não passou dos zero euros de investimento. Com tantos museus etnográficos no Plano Plurianual de Investimentos que já vários anos vão dançando por os Planos seria de esperar que pelo menos se honrasse o compromisso com aqueles que doaram determinada instalação para esse efeito mas o que vemos na execução do Plano Plurianual de Investimentos nesta rubrica é zero euros. -

-----No que toca à execução do orçamento, o qual tinha o valor inicial de 26.894.000€ arrecadou 16.159.000€ tendo contribuído para isso as transferências da administração central ao abrigo da Lei das Finanças Locais com 8.537.487€ e aqui era de, devido à intervenção do Senhor Presidente em que fez uma referência que estas transferências diminuíram, as receitas também diminuíram, de facto não ouvi dizer que as transferências da administração central tinham diminuído. O Governo de facto cumpriu a Lei das Finanças Locais. Estas transferências no valor de 8.537.000€ representam 52.8% do total da receita, os fundos comunitários no valor de 2.585.000€ representado 16% da receita, empréstimos de médio e longo prazo no valor de 1.959.000€ que representam 12% da receita. ----

-----Sobre o endividamento de médio e longo prazo alerta esta Assembleia que no espaço de três anos passou de 3.149.000€ no início de 2004 para 7.141.708€ no final de 2006, isto é a dívida de médio e longo prazo cresceu 126%, duplicou, isto Senhores Deputados é obra. Só que o ritmo a que está a crescer a dívida não tem tido consequência directa, um crescimento paralelo no investimento, ou seja uma maior execução nos Planos Plurianuais de Investimentos. Falando de dívidas verifica-se por a análise dos diversos documentos que a dívida de curto prazo no início de 2004 era de 911.000€ passou para 3.4000€ no final de 2006 representando um crescimento de 229% colocando em sérias dificuldades, várias empresas e empresários da região. -----

-----Deixei para o fim a rubrica das transferências de capital para as Juntas de Freguesia e da análise que fiz verifiquei que em 2004 foram transferidos 614.000€, em 2005 (506.000€) e em 2006 (488.000€) por outro lado a receita arrecadada pela Câmara Municipal em 2004 foi de 14.802.392€, em 2005 (15.863.000€) e em 2006 (16.159.000€). Enquanto que a Câmara Municipal a receita vai subindo progressivamente, as transferências de capital para as Juntas de Freguesia vão diminuindo

progressivamente. Não se honram os orçamentos, os critérios de transferência são tudo menos claros, não se percebe como Freguesias praticamente iguais existem tão grandes disparidades nas verbas transferidas. Senhor Presidente é tempo de credibilizar as transferências de capital para as Freguesias, assumindo directamente o Senhor Presidente essa responsabilidade e acabando de uma vez por todas com os jogos de pressão sobre algumas Juntas de Freguesia que em nada dignificam o poder local. Senhor Presidente dado que os objectivos propostos não forma atingidos ficando por cumprir mais de 50% do Plano Plurianual de Investimentos não pode o documento em análise merecer o nosso voto favorável como tal vamo-nos abster”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** já no uso da palavra disse: “para falar sobre a conta de Gerência da câmara independentemente das percentagens de realização ou não, o que é essencial para nós e que de facto conta é o que efectivamente se investiu, eu comparo um pouco a análise destas contas com o apuramento do resultado liquido de uma empresa quando depois de um ano de laboração se vão apurar os activos e os passivos e resulta daí o resultado liquido. Para fazer a análise desse resultado é lógico que tem que haver um histórico para poder comparar, neste caso o histórico é obviamente o realizado nos anos anteriores, o investimento que se investiu, o investimento que se fez no Concelho nos anos anteriores e podemos nos reportar até..., temos um quadro que nos elucida até 2003 mas podemos ir até 2001 que foi o último ano da Gerência do PS onde havia um investimento efectivo na ordem dos 5.000.000€ e que na altura merecia rasgados elogios por parte da bancada do PS e de todo o PS porque tinha sido excelente, não esqueçamos que na altura havia verbas à partida asseguradas do segundo e terceiro quadro comunitário coisa que hoje não se verifica e que o Executivo tem que contar com dificuldades à partida para realizar os Planos porque não sabe se as verbas estão efectivamente seguras, assim todos os anos desde 2001 que os executivos PSD pegaram na Câmara tem havido consecutivamente aumento do investimento real no Concelho. Em cinco anos já quase duplicou, vínhamos de um investimento de 5.000.000€, neste momento em 2006 chegou quase aos 9.000.000€, é obras. Perante isto e com um crescimento desta forma penso que só cabe enaltecer todo o trabalho que tem sido feito por esta Câmara, a capacidade que tem tido para investir no Município. Penso que não vale a pena estar aqui a esgrimir mais argumentos porque de facto uma imagem vale mais do que mil palavras e abundam por este Concelho as imagens daquilo que tem sido a obra deste Executivo, portanto nós votaremos favoravelmente nas contas do exercício 2006”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** voltou a intervir e disse: “ há estas nuances de terminar o endividamento, é 1/8 dá tanto, é 1/10 dá tanto, entrando em linha de conta com os apoios comunitários é tanto mas eu

calculo que não seja tão mau como isso o endividamento desta Câmara. Quando a própria direcção geral das autarquias locais está ligada ao governo e o governo está numa fase de contenção absoluta nos diz assim têm aqui tanto para pedir emprestado se quiserdes da vossa dotação, fazem favor de o pedir acho que não devemos estar tão mal como isso, mesmo eu sendo um leigo em questões desta geometria económica e portanto não me preocupa absolutamente nada isso. Quando falo com outros Municípios então é que ainda me preocupa menos.-----

-----Quanto a um Plano Plurianual de Investimentos, ele é Plurianual, um Plano de Investimentos não é para 2006, nem 2005, nem 2004 é Plurianual e nós fazemos os Planos, nossos Plurianuais para quatro anos, é o tempo que aqui estamos.-----

-----Transferências para as Juntas, é sempre um problema quando transferimos para a Junta, vem sempre isto à baila das Juntas, é não respeitar a imparcialidade que se deve ter, fazer, acontecer, mas eu creio que não há Câmara no Distrito que dê mais do que aquilo que lhe pertence às dotações das Freguesias, as Freguesias recebem do Estado e acabou mas a Câmara de Mogadouro dá-lhe mais 650.000€, 325.000€ em dinheiro, se estiverem mal distribuídos fazem favor de me trazer os papéis da má distribuição disso porque eu emendo-os e os restantes 325.000€ em protocolos que vão sendo feitos à medida que os pedem e os apresentam os respectivos projectos, é assim que vamos proceder, agora se depois como há exemplos que eu não vou citar se os executam ou não isso é com os Presidentes da Junta. O Doutor João Henriques vai aqui só apresentar um quadro com projecto para ver e fazer equivaler estas coisas que são sempre relativas”. -----

► **JOÃO HENRIQUES** usou novamente da palavra e disse: “ só para terminar, só para mostrar aquilo que o Senhor Presidente já falou e para que se possa ver em gráfico de barras que sempre é preferível. Desde 1999 até 2000 é o valor global do investimento, quanto é que a Câmara investiu, em 1999 (3.786.000€), em 2000 (4.623.000€), em 2001 (5.974.000€), em 2002 (5.543.000€), em 2003 (5.999.000€), em 2004 (7.629.000€), em 2005 (8.747.000€) e em 2006 (8.813.000€), o valor do investimento em relação ao ano de 2000, o ano de 2006 praticamente duplicou, e se considerarmos a 1999, em sete anos, teve um aumento de 133%, desde 1999 para 2006 o que em média anual dá um crescimento de 19% ao ano, muito superior a qualquer outro tipo de crescimento”.-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou novamente abertas as inscrições para falar acerca deste ponto, encerrando logo de seguida com a inscrição de dois Deputados. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou novamente da palavra e disse: “ mais concretamente pedi a palavra para..., porque isto há coisas que quando se apresentam e começando pelos gráficos aqui apresentados, apresentou-nos

os gráficos do investimento realizado de 1999 (até podia ser de 1990) até agora que duplicaram ou não duplicaram mas tinha que se fazer a comparação com a receita que o Município teve. Se as transferências da Administração local, o considerado FEFE, se em 1999 tinha um valor, hoje sabemos que em relação a 1999 em mais do dobro, portanto o investimento se calhar não acompanhou o evoluir da receita e por outro lado para ter esta subida o investimento só nos últimos três anos a evolução do endividamento de longo prazo cresceu 129%, o endividamento de médio e longo prazo cresceu 129% só em três anos, passou de três milhões para sete milhões de euros, este gráfico desagregado ou não sendo acompanhado do valor da receita não tem qualquer valor, não dá para fazer uma comparação, está desagregado da principal fonte; porque para se poder investir tem que se ter receita, tem que se ter capital e se não houver aumento da receita claro que o investimento também com certeza não poderia aumentar. Agora com o Senhor Presidente, as transferências de capital para as Juntas, temos que acertar isto de uma vez por todas, isto cada ano que passa vão-se refinando os critérios para dar menos dinheiro às Juntas de Freguesia principalmente às Juntas lideradas por o PS e isto basta olhar às transferências de capital realizadas nestes últimos três anos, verificamos quem é sempre de facto mais prejudicado e por outro lado isto que se arranjou, esta forma que se arranjou dos contratos programa é só para quem o executivo quer, não deve disponibilizar a todas as Juntas de Freguesia. Houve casos concretos que chegaram a ter os protocolos assinados mas depois na prática nunca tiveram possibilidade de os por em prática. O Senhor Presidente refugia-se que foram as Juntas que não avançaram, eu acho que foi a Câmara que não os apoiou, que não os incentivou para de facto andarem para a frente. Por isso o exortei ao Senhor Presidente para que tomasse o Senhor Presidente este caso em mãos, as transferências de capital que sejam da sua inteira responsabilidade e estou plenamente convencido que com essas transferências se cumpra a Lei e com certeza todas as Juntas de Freguesia vão ser contempladas de igual modo”. -----

► **ALTINO ALEIXO** já no uso da palavra disse: “ o que me trouxe aqui não foi propriamente para discutir as questões com a Câmara que estão a ser discutidas pelo executivo mas sim para de facto dizer que o líder da bancada do PSD, o Deputado Martins, de facto ele tem razão em muitas coisas daquilo que diz e nós temos que ter uma certa ombridade, dar a razão quando se tem mas acontece que ele fala daquilo que lhe convém e daquilo que lhe interessa, mas quando ele diz que de facto a Câmara desde que o PSD tomou de facto a liderança da Câmara tem havido um aumento progressivo do investimento, eu não sei se lhe chamo investimento neste caso mas chamarei aquilo que vocês quiserem entender, de facto houve um aumento de investimento, eu não fiz um gráfico a cores porque não tinha, fiz aqui e reparem neste gráfico, neste gráfico a evolução que houve foi

quando o PSD tomou o poder, saíram encargos políticos, saíram três pessoas que estavam a tempo e saiu uma que estava a meio tempo. Se hoje o PSD, deixa-se o poder da Câmara sairiam sete, quer isto dizer que houve um aumento de investimento de 50%”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** voltou a intervir e disse: “ Deputado Aníbal Moreno, metade do que lhe vou dizer agora é só para agradecer profundamente a confiança que se deposita no Presidente da Câmara, se calhar não tem tanta razão como isso, mas também lhe quero dizer uma coisa, se fosse eu a fazer essas suas afirmações eu achava-as extraordinariamente pertinentes mas sendo o Deputado Aníbal Moreno a fazê-las fico assim um pouco incomodado e sabe porquê, porque diz-me assim para haver investimentos é preciso receitas e eu concordo, para haver investimento tem que se ter capital e eu concordo mas é preciso ter em conta as realizações, é que muitas vezes é preciso realizar, fazer coisas, fazer investimentos sem dinheiro, ir ao crédito porque senão podem ser oportunidades que se perdem. Eu estou convencido que ainda hoje não tinha comprado a minha casa no Porto se eu estivesse à espera de em cada ano ganhar o suficiente para a pagar a pronto, ela custava num ano trinta mil contos e eu só economizava cinco mil no fim do ano, nessa altura a casa já custava quarenta mil, ora bem tive que pedir dinheiro emprestado para avançar e a valorização dessas coisas conta. Moreno um economista sabe isto do fundo do coração. Para fazer as realizações que se fizeram em Mogadouro foi preciso de facto pedir dinheiro emprestado e esse dinheiro emprestado não se pediu nunca que não fosse para colmatar apoios comunitários, davam-no setenta e cinco nós púnhamos vinte e cinco, davam-nos sessenta nós púnhamos quarenta, foi assim que se fez parte desse endividamento que eu considero que está totalmente controlado com tudo, senão não andava a pedir emprestado. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou o ponto seguinte: -----

-----2.2 *Prestação de contas relativas ao ano financeiro 2006*-----

-----Votos contra zero, abstenções dezoito a favor trinta o que totaliza quarenta e oito votos que são as pessoas que estão aqui presentes. -----

-----O documento de Prestação de contas relativo ao ano financeiro foi aprovado com o resultado que acabei de enunciar.-----

-----2.3 *Análise e deliberação da primeira revisão ao plano de actividades Municipal do ano de 2007*-----

-----Como é uma questão que está interligada e como acordamos na reunião vamos debatê-lo conjuntamente e depois votamo-lo separadamente, assim vamos proceder à análise e deliberação mas primeiro à discussão da Revisão ao Plano de Actividades Municipal do ano de 2007, à revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do ano 2007, à Revisão ao Orçamento Municipal de Despesa do ano de 2007 e à Revisão ao Orçamento Municipal de despesa do Ano de 2007 e à Revisão ao Orçamento

Municipal de Receita do Ano de 2007. Vamos proceder à análise e discussão destes pontos em conjunto e depois votaremos em separado, foi isso que se acordou. De seguida deu a palavra à Câmara. -----

► **CÂMARA MUNICIPAL** representada pelo Vereador António Pimentel que usou da palavra e disse: “ em relação à primeira Revisão quer do Plano de Actividades Municipal, quer do Plano Plurianual de Investimentos, quer do orçamento da receita da despesa resume-se no essencial ao seguinte: ----
-----Plano de Actividades Municipal fundamentalmente tem a ver com a dotação de várias rubricas que tem a ver com a criação do Espaço Internet, tem uma série de rubricas como no documento que têm à frente Espaço Internet, que foi contabilisticamente falando necessário introduzir e por isso se fez esta revisão. -----

-----Plano Plurianual de Investimentos tem a ver com algumas obras que a Câmara entendeu que era necessário e urgente levar a efeito, começo com reconversão da Escola Primária de Castelo Branco para Centro de Dia. Não estava inscrita no Plano Plurianual teve que se inscrever. Requalificação Urbana da Zona envolvente da Escola Primária de Urrós, isto no seguimento de uma das criticas de à bocado, que não sabíamos o que havíamos de fazer com as Escolas, eu quero dizer que este executivo tinha em mente e tem dar uma ocupação pelo menos às Escolas do Estado Novo ligadas ao Turismo também e está a começar já com a de Urrós, com a de Peredo que já está em Concurso Público, a recuperação e a adaptação para o Turismo. Depois temos também recuperação dos passeios interiores do Cemitério de Mogadouro, é provavelmente o único cemitério que tem passeios em terra batida, fizemos a ampliação no outro mandato, entendemos que deveremos avançar com os passeios internos do Cemitério de Mogadouro. Remodelação da Escola Primária de Urrós também no Plano Plurianual há rubricas com o Espaço Internet exige, também aqui foram introduzidas algumas rubricas. Para além da revisão de preços que tem a ver com uma alteração do troço entre Vilarinho e Ventoselo, tem também a ver com obras complementares da piscina coberta, temos em mente dotar a Piscina com outra infra-estruturas de maneira a torná-la mais aliciante quer para Jovens, quer para os menos Jovens. Como sabem mudámos a feira para o novo espaço que foi construído e a Rua das Eiras e bem como a Travessa do Centro de Saúde encontra-se muito danificada, entendemos que temos condições ainda para a reparar no decurso deste verão, de maneira que introduzimos aqui repavimentação da Rua das Eiras e Travessa do Centro de Saúde. Tínhamos assinado um protocolo também com a Junta de Penas Roías para repavimentar o Variz uma vez que as infra estruturas de água e saneamentos foram feitas por administração directa, uma vez que se faz a revisão optamos por introduzir aqui também a repavimentação do Variz porque pensamos que mesmo assim é mais correcto fazê-lo desta maneira. Repavimentação da EM 600 entre a estrada

219 e São Martinho do Peso, está com bastante degradação, é um troço relativamente curto e creio que temos possibilidades de o fazer ainda este ano. Introduzimos aqui também um centro de interpretação dos produtos da terra, a levar a efeito aqui no primeiro piso do Banco Pinto Sotto Mayor, no fundo exposição e venda de produtos mas também com uma componente mais áudio visual a que chamamos aqui e que dotamos aqui chamando-lhe centro de interpretação dos produtos da terra onde irão ser expostos os produtos ao mesmo tempo que através do áudio visual iremos divulgar o Concelho e o fabrico desses produtos. É essa a intenção. Também no orçamento da receita apenas por uma questão contabilística aparece aí uma inscrição de reposto quatrocentos e dezoito mas logo a seguir aparece uma diminuição de quatrocentos e dezoito, isto tem a ver com a alteração que o Pocal exige única e exclusivamente. E é isto que se me apraz dizer”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou novamente da palavra e disse: “ em primeiro dizer que normalmente quando se fazem revisões aos Planos e aos Orçamentos é porque houve receitas novas que chegaram e que na altura não estariam previstas e por isso há necessidade de fazer uma revisão para introduzir essas receitas novas. No caso concreto não é assim, a receita nova não existe, a receita global não é alterada, o que acontece é que para a introdução de obras novas o que está a acontecer é que são retiradas obras a outras que já estavam previstas no Plano e no Orçamento em Dezembro passado, o que era verdade para a Câmara Municipal em Dezembro passado, já não é verdade na globalidade nesta altura do ano e portanto é caso para dizer que não se pode ter de facto muita credibilidade nestes Orçamentos porque o que são numa altura passados dois ou três meses já não são a mesma coisa. Gostaria também de realçar porque já o ano passado aqui o referi é que de facto Castro Vicente anda com azar, anda com azar. O ano passado tinha previsto um polidesportivo faz-se uma revisão, quem é que leva por tabela pela negativa – Castro Vicente é-lhe retirado o Polidesportivo, este ano acontece-lhe a mesma coisa, o Senhor Presidente da Junta de Castro Vicente terá que rever esta situação porque já é pela segunda vez que lhe tiram um investimento que inicialmente lhe colocaram em Plano Plurianual de Investimentos. Por outro lado e queria que me esclarecesse a Câmara porque está aqui introduzida uma rubrica nova que já foi falada – arruamentos no Variz mas também segundo li nas actas que nos foram fornecidas também aparece um protocolo com a Junta de Freguesia para a execução desses mesmos arruamentos, há duplicação ou não há, que me esclarecem, se aquele protocolo é para levar para a frente ou é para anular, de qualquer forma convém dizer-lhes que eu acho e isto é opinião pessoal que uma Junta de Freguesia não tem meios técnicos para avançar com aquele tipo de obra – os arruamentos numa aldeia, isso é competência da Câmara deve continuar a exercê-la. Se as Juntas de Freguesia tivessem meios técnicos, meios mesmo a nível de pessoas que

pudessem acompanhar diariamente esse tipo de obras tudo bem que se pudessem transferir essas competências, mas no caso concreto não vejo aqui em Mogadouro as Freguesias com pessoal suficiente e técnico para poder acompanhar este tipo de obras. Gostava também que me esclarecessem essa questão do Espaço Internet, isto é novo senão não seria introduzido, que esclareçam esta Assembleia onde esse Espaço vai funcionar se é só na sede do Concelho, se é em todas as Freguesias ou se é em algumas Freguesias e quais as Freguesias que vão ser contempladas por este tipo de alteração ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento, ou estas alterações vêm prejudicar algumas Freguesias que já estavam contempladas a nossa bancada votará contra estas alterações”. -----

► **ALTINO ALEIXO** no uso da palavra disse: “neste ponto a razão que me trás aqui é de facto só uma Freguesia Castro Vicente, a Câmara fez a revisão do Plano Plurianual não é novidade já o ano passado a fez também, com certeza todas as intenções são para melhorar, pode haver pessoas que concordem outras pessoas que não concordem, cada um faz a sua avaliação, mas em relação a isto de Castro Vicente gostava de dizer umas palavras por a seguinte razão, uma delas também foi a intervenção e muito bem feita do Senhor Presidente da Junta de São Martinho de manhã e outro assunto foi a forma como foi discutida quando foi para aprovação do Plano Plurianual de Investimentos por parte do Senhor Presidente de Castro Vicente. Como sabem o Pavilhão Polidesportivo de Castro Vicente já não foi pela primeira vez inscrito no Plano Plurianual este ano, já foi o ano passado também que depois na revisão foi retirado, se todos se recordam quando foi retirado houve duas pessoas que se abstiveram, o Presidente da Junta de Castro Vicente absteve-se penso eu e peço desculpa se não foi assim um bocadinho contra à vontade porque penso que a intenção dele era votar a favor visto que estava outro Deputado de Castro Vicente e os dois acharam melhor e eu também achei por bem que se abstivessem na votação, isso aconteceu assim. No início do ano em Dezembro quando foi da discussão o Senhor Deputado Luís Tibério cheio de boa vontade, estava-se a discutir o Plano e ele disse, o sentido será este, as palavras que ele utilizou seriam outras se não seria melhor rever ou analisar mais calmamente se de facto seria necessário, se Castro Vicente teria condições para estar lá o Polidesportivo porque ele de facto não conhecia bem a Freguesia mas pelos vistos agora passados cinco meses é que eu chego a essa conclusão ele devia conhecer era as intenções da Câmara, devo enaltecê-lo pelo facto de ele já saber o que se iria a passar cinco meses depois, aí o Senhor Presidente da Junta de Castro Vicente e muito bem honro-lhe e louvo-lhe a atitude veio aqui dizer que não era assim, que Castro Vicente merecia e merece de facto, que tinha inclusive um Pólo Escolar, tinha Jovens e que de facto merecia ter lá o Polidesportivo. Muito bem, perante isto que eu por acaso escrevi para aqui umas coisas mas já

disse isto e vou passar à frente, perante isto eu gostaria de saber qual a reacção e a forma neste caso de Castro Vicente mas outros. Isto é se eu trabalho para a minha Freguesia, se eu quero o melhor para a minha Freguesia, se na minha Freguesia estão inscritas no Plano Plurianual que vai ter bem feitorias, que vão ser feitas obras que vão beneficiar a população e os seus habitantes e na revisão se me são retiradas eu acho que os Senhores Presidentes da Junta devem ter uma palavra a dizer ou devem votar contra. Eu gostaria era que os Senhores Presidentes da Junta e todos os outros Deputados tivessem reacções a estas situações. Isto não é uma questão de mais ou menos trabalho é uma questão de ética”. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** voltou a intervir e disse: “ Eu não vou falar de Castro Vicente falei na altura que tinha que falar, quando achei que devia falar, que era aí que se estava a discutir, agora águas passadas não movem moinhos, já sabia que tinha razão embora o amigo Altino não tivesse acertado nem numa nem noutra, nem conheço Castro Vicente, nem conhecia as intenções da Câmara, mas parecia-me que teria razão em relação à oportunidade e à prioridade da construção do Pavilhão de Castro Vicente como em relação a outras oportunidades e prioridades e o que vou falar tem a ver com isso com a prioridade dos investimentos. Utilização futura que se pretende dar às Escolas Primárias, mantenho e só venho cá por causa disso, dos projectos avulso que estão a ser anunciados ou que se pretendem levar a cabo e de que a Câmara não tem de facto uma ideia global para esses equipamentos, umas é para o Turismo, o que quer dizer que cada caso concreto não deva ser analisado. Eu relembro no exemplo que dei de manhã, no exemplo de Alfândega da Fé, o Senhor Presidente da Câmara respondeu-me: mas você sabe qual é a taxa de ocupação das escolas em Alfândega da Fé na questão ligada ao Turismo? Eu não sei qual é a taxa de ocupação, por acaso sabe então qual vai ser a taxa de ocupação nas escolas em Mogadouro, se por ventura a ideia for essa de avançar para as ocupar na área do Turismo. Eu acho que a ideia até é boa, a ideia da valorização ligada ao Turismo é melhor do que aquela que se anuncia noutros casos dos Centros de Dia porque me parece e as Juntas de Freguesia, já falámos aqui de recursos Humano e materiais e etc., etc., não têm e que me desculpem mais uma vez alguns Presidentes de Junta que se manifestaram nesse sentido, não têm saber fazer ligado a essa matéria de Centros de Dia isso é para outras organizações que não as Juntas de Freguesia como as Santas Casas, outras organizações de solidariedade social, sabem o que é preciso. Quando falo em projecto avulso e em prioridade de Investimentos é neste sentido não estou para aqui a apontar que a Junta A, B ou C quer fazer isto ou quer fazer aquilo, não é nada disso, o que eu estou a apontar é que a Câmara não tem uma ideia e não orienta as Juntas de Freguesia no melhor sentido, por vezes é necessário

que isso aconteça para que depois não tenhamos que andar a fazer marcha atrás em relação a algumas coisas”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou palavra em representação do Senhor Presidente e disse: “ora muito bem começando com o Espaço Internet para informar esta Assembleia do seguinte: o Espaço Internet resulta de um protocolo assinado com o Ministério da Ciência e Tecnologia que financia não só a instalação desse Espaço Internet na vila como o seu funcionamento, foi feita uma alteração ao projecto da Casa das Artes e Ofícios, onde já está dotada com as infra estruturas necessárias à instalação desse Espaço Internet, como disse que resulta de um protocolo assinado com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Depois Penas Roias – Protocolo Variz Senhor Presidente do grupo parlamentar do PS naturalmente também tem direito a estar desatento mas eu comecei dor explicar que foi assinado justamente um protocolo com a Junta de Freguesia de Penas Roias mas que por entender e uma vez que se fazia a revisão, que a Câmara, o executivo entendeu introduzi-lo na revisão para poder pavimentar, naturalmente que o protocolo que até ainda nem tinha sido cabimentado tinha ido a reunião de Câmara para produzir efeitos após cabimentação ficará naturalmente sem efeito. Depois realçar realmente a preocupação (que às vezes tenham cuidado não seja em excesso) com Castro Vicente porque das duas uma, ou não leram o documento da revisão ou leram mal porque efectivamente continua lá a constar o Pavilhão Desportivo de Castro Vicente apenas com uma rubrica muito mais diminuída mas como sabem as rubricas já não precisam de vir à Assembleia Municipal, basta uma alteração ao orçamento para colocar lá o dinheiro suficiente para o lançar. Vamos com prioridades, neste momento estamos com grandes realizações em Castro Vicente na Freguesia de Castro Vicente, concluímos a estrada do cruzamento de Peredo a Vilar Seco, fizemos águas e saneamentos de Vilar Seco, estamos com a pavimentação e a seu tempo (acho que já incomoda um bocado falar no Polidesportivo de Castro Vicente) não tenham problemas que não vai ficar para vocês fazerem. Dizer também que se leram o plano de actividades e porque à bocado se falou num Polidesportivo para Mogadouro, ele está também em Plano na Fonte Nova como o Senhor Presidente disse, consta do Plano de actividades da Câmara Municipal”.----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** voltou a intervir e disse: “ só duas palavrinhas aqui para o amigo Luís Tibério, Doutor Tibério isto aqui é uma Assembleia, o Senhor tem aqui direitos e ainda tem mais que direitos, tem obrigações, obrigações fortes, o Senhor pode apresentar um projecto global para a recuperação das escolas, apresente-nos quer do ponto de vista do Turismo, quer do ponto de vista dos Centros de Dia, quer de todos, apresente-nos esse projecto e depois nós evidentemente iremos avaliá-lo, agora nós somos vinte e oito freguesias, somos cinquenta e seis povoações, não sei quantas escolas tínhamos no conjunto do Concelho, pô-las todas em

Turismo, pô-las todas nisto ou pô-las todas naquilo se calhar não é bom, mas eu agradeço-lhe profundamente que nos apresente esse projecto e depois chamá-lo-emos também para o discutir e argumentar acerca dele. ---

► **ANÍBAL MORENO** no uso da palavra disse: “ queria dizer ao Senhor Vereador que nós de facto sabemos ler Planos de Actividades e não é por dizer que ficam quinhentos euros na rubrica que a rubrica está aberta, ela estará sempre aberta, até poderia ficar com um euro mas a intenção é que conta e esta redução o que quer dizer claramente é que de facto não pretendem investir, onde foram feitas estas reduções não pretendem fazer nada, modificaram-se os critérios da prioridades de Dezembro até fim de Abril, por outro lado e porque não levantei na primeira intervenção e porque me parece extremamente importante que é também o caso do Matadouro Intermunicipal que neste momento é também relegado completamente para as calendas gregas ao passar de cinco ou seis mil euros para uma verba irrisória de quinhentos euros, nota-se que não há vontade politica de avançar de facto com esta estrutura que é de extrema importância para o Concelho de Mogadouro por isso que a Câmara se pronuncie também sobre este assunto porque é essencial de facto que se avance com uma estrutura destas no Concelho ou em Concelhos limítrofes”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** no uso da palavra disse: “ a propósito do Matadouro já aqui disse várias vezes que o Matadouro não é obra de uma Câmara, a obra de uma Câmara no Matadouro significa o suicídio e portanto ela tem que ser organizada com a desistência de Miranda do seu Matadouro porque só assim é que recebemos a quota e só assim é que é comparticipada e o problema que surge é o problema eterno é da localização do Matadouro, bom nos últimos quinze dias ou três semanas há de facto novidades para isso é que se recebeu um telefonema do Presidente da junta de Sendim a pedir uma reunião com o Presidente da Câmara de Mogadouro para decidir o local do Matadouro, nessa altura eu disse-lhe temos que falar também com o Presidente da Câmara de Miranda porque ele é o Presidente da Câmara. O Senhor respondeu, doutor nós daqui a pouco estamos a passar para Mogadouro e eu por acaso lembrei-me do Moreno, já cá temos um, portanto vamos lá ver se isto serve de ponta de lança, vamos lá embora. Telefonou também logo passado dois ou três o Presidente da Cooperativa Doutor Almendra que disse que queriam fazer uma reunião, eu disse-lhe que fazíamos a reunião quando quisessem, disse-lhe que ia telefonar ao Presidente da Câmara de Miranda e combinamos a reunião e fazemos a reunião a três mandamos vir também o Presidente da Câmara de Vimioso e combinamos isso. O terreno é em Urrós, a cooperativa de Sendim tem ali um terreno em Urrós no cruzamento, mesmo na curva. Estamos à espera de fazer essa reunião que o Presidente da Câmara de Miranda do Douro tem que ser ele a marcar por uma questão

protocolar, falar para o Presidente da Junta de Sendim, falar para o Presidente da Cooperativa Doutor Almendra e depois dizerem-me a mim, nessa altura vamos saber porque com a teimosia do Presidente da Câmara de Miranda de querer o Matadouro em Sendim no máximo. Eu acho que uma vez fiz um apanhado a perguntar a entidades se aceitavam e disseram que não, ora bem tem que haver a concordância da Câmara de Miranda, tem que haver uma coisa que é muito importante que é desistirem do Matadouro de Bragança para obtermos a quota e para ser comparticipada.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** anunciou que se ia proceder à votação do ponto: -----

-----**2.3.1 1ª REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL DO ANO DE 2007**-----

-----Doze votos contra, seis abstenções e trinta votos a favor, o que perfaz quarenta e oito. -----

-----**2.3.2 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2007**-----

-----Doze votos contra, seis abstenções e trinta votos a favor, o que perfaz quarenta e oito.

-----**2.3.3 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DO ANO DE 2007**-----

-----Onze votos contra, sete abstenções e vinte e nove votos a favor num total de quarenta e sete, houve um Deputado que saiu entretanto já voltou a entrar. -----

-----**2.3.4 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO DE 2007**-----

-----Doze votos contra, sete abstenções e vinte e nove votos a favor o que perfaz quarenta e oito, este ponto foi aprovado com os votos que acabei de referir, naturalmente porque estamos em maré de análise e deliberação se o Senhor Presidente do grupo parlamentar tal e qual como falei consigo se não se importar avançávamos já com este ponto e este ponto apenas é para autorizar a Câmara Municipal a aprovar um Edital sobre a Exploração e Ampliação de Rede de Gás da Vila de Mogadouro, isto foi entregue aos Serviços da Assembleia na sexta – feira à tarde, houve a preocupação da nossa parte de o colocar logo de manhã para os Senhores terem tempo de o ler, eu pergunto se a Câmara quiser em primeiro lugar apresentar a questão.

-----O Senhor Aníbal Moreno interrompeu para sugerir que por uma questão de metodologia e não alterar a numeração dos pontos convinha que esse ponto fosse a seguir ao ponto 2.4, antes dos outros assuntos, mas avançar primeiro com o 2.4, esgotávamos, e introduzia logo de seguida por uma questão de numeração. -----

-----O Presidente da Assembleia disse que a mesa não via qualquer inconveniente, passamos primeiro para o 2.4 e a seguir ao 2.4 não há qualquer inconveniente porque isto é de um Edital que se trata. -----

-----Vamos eleger por voto secreto um representante dos Presidentes

de Junta de Freguesia ao XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

-----O Senhor Ilídio Martins interrompeu para perguntar qual a norma legal que atribui a esta Assembleia competência para esta Eleição. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a norma legal é imposta pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses que pede sempre quando há um Congresso da responsabilidade da Associação a Eleição de um Presidente de Junta. O Presidente da Assembleia disse ainda que esse Presidente da Junta vai ser eleito democraticamente, o que for eleito é o que estará presente nesse Congresso e se quiser documentos de suporte deve deslocar-se amanhã à Assembleia e eu mostro-lhos se quis----

-----O Senhor Ilídio Martins voltou a interromper para dizer que a Associação de Municípios não participa nesta Assembleia, não é membro desta Assembleia, não pode dar ordens nesta Assembleia. Eu procurei na Lei-quadro e no regimento suporte legal para isto. Eu não percebo como é que uma Assembleia de não Presidentes pode eleger o representante dos Presidentes, estamos aqui cerca de metade da Assembleia ou teoricamente os mesmos mais um que não são Presidentes de Junta como podem eleger um representante dos Presidentes de Junta, não vejo qualquer suporte legal, se o Senhor Presidente persistir em manter a deliberação porque está convencido que é legal ou porque está obediente às determinações da Associação de Municípios faça favor eu considero-me ausente da sala a partir deste momento. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia disse “ eu só tenho que prestar os esclarecimentos que devo, os esclarecimentos que devo é que não sou eu o sonhador desta ideia, o Senhor ajudar-me-á naturalmente a escolher outra via democrática que não seja a de Eleição, agora poderá é colocar a questão: mas porquê um Deputado Municipal votar num Presidente de Junta? Essa penso que seja a questão, é uma questão de metodologia que vem sendo seguida por esta Assembleia desde que é Assembleia Municipal de Mogadouro, aquilo que se nos pede é quem está presente obrigatoriamente no Congresso ou se faz representar é o Presidente da Câmara, é o Presidente da Assembleia Municipal e é um representante dos Presidentes de Junta do Concelho de Mogadouro. Se o Senhor me ajudar a arranjar outra metodologia que não esta que é uma eleição democrática como é eleito o Presidente da Câmara, como foi eleito o Senhor como Deputado Municipal, se arranjar outra ideia diferente daquela que está consignada por lei faz favor, e desde que a Assembleia autorize”. -----

-----O senhor Ilídio Martins disse: “ Senhor Presidente não arranjo, não tenho competência para arranjar nem tenho sabedoria para tanto, mas mesmo que eu quisesse não o poderia fazer, mas o Senhor Presidente já me deu a justificação, há um chamado direito consuetudinário, se sempre se fez

assim na Assembleia Municipal de Mogadouro faça o favor de persistir, eu continuo a dizer que é um local descabido para tal finalidade, compreendo que tenha que haver um representante em todos os Congressos e mais alguns entendo que não é esta Assembleia o Colégio Eleitoral próprio para tal Eleição porque é um Colégio Eleitoral atípico, não tem nada a ver com os Senhores Presidentes de Junta. Se os Senhores Presidentes de Junta se reunirem ali naquela sala ao lado e votarem num colega deles eu do lado de cá bato palmas seja quem seja o eleito, agora não entendo que esta Assembleia tenha poderes para tal por isso repito aquilo que disse, se o Senhor Presidente invoca um direito consuetudinário, isto é um hábito arreigado nesta Assembleia de tal fazer faça o favor de persistir, eu considero-me ausente da reunião”. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia disse: “ eu se fosse a fazer exactamente aquilo que o Senhor Deputado me diz então é que abriria um precedente neste Concelho, eu tenho que me limitar às regras que são estas, foi as que aprendemos, são aquelas que nos ditam os Serviços Jurídicos da Associação Nacional de Municípios Portugueses e como tal olhe pode ser que no futuro próximo sejam postos à consideração e reflexão outros métodos que não estes, eu também admito que o seu se calhar até estaria certo, admito mas quem sou eu para estar a alterar uma coisa que é o corrente, é o normal, é o que se tem praticado aqui e em todas as Assembleias Municipais é este o Método, mas não deixo de reconsiderar que se calhar era uma... , aliás eu devo dizer o seguinte até por uma questão de informação relativamente às propostas que me apareceram agora aqui que eu vou ler a escolha do nosso representante de Presidentes de Junta foi precisamente por esse sistema mas isto é uma questão que nós quisemos tratar internamente, eles Presidentes de Junta elegeram um e nós não participamos na votação, está a ver, é só para lhe dar essa informação mas infelizmente não posso seguir outra metodologia que não seja esta depois o futuro dirá. (ouviram-se vozes da bancada) O Senhor só é considerado ausente da sala se não vier votar ou então terá que sair, outra regra. Toda a gente fica a saber que o Senhor Deputado Ilídio Martins fica ali sentado e não vota porque a regra e a ética o obriga a sair da sala. (voltaram a ouvir-se vozes) Eu não estou a mandá-lo embora, só são as regras”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou a apresentar as listas: foram recebidas duas listas uma foi classificada como lista A que diz o seguinte: “o grupo parlamentar do PSD propõe para representante dos Presidentes de Junta ao XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peredo de Bemposta Luís Pedro Martins Lopes e temos outra proposta que foi classificada como Lista B e que diz o seguinte o Grupo parlamentar do PS propõe o presidente de Junta de Bruçó Senhor Miguel Rito em representação dos Presidentes de Junta ao XVII Congresso da Associação

Nacional de Municípios Portugueses e subscrito por Proponentes, assim sendo a Senhora Secretária da Assembleia vai fazer a chamada e entrega um voto a cada um dos Senhores à medida que faz a chamada. -----

-----O resultado da votação é o seguinte: Lista A vinte e cinco votos, Lista B vinte votos, dois brancos, zero nulos, não votou o Senhor Deputado Ilídio Martins. Está encontrado desta forma o Senhor Presidente de Junta representante ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

-----Vamos proceder também à análise e deliberação sobre a exploração e Ampliação da rede de Gás na Vila de Mogadouro. Aquilo que a Câmara nos pede é a aprovação de um Edital que vai estar patente ao público, há-de haver naturalmente informação adicional que eu solicito à Câmara o favor de a prestar”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou mais uma vez da palavra e disse: “ aquilo que se pede é a aprovação desse Edital e que tem como objectivo a seguinte situação, Mogadouro tem neste momento concluída que está a rede (ou em fase de conclusão) do Bairro São Sebastião, rede de Gás, nove mil metros de rede instalada, a Câmara foi abordada por algumas empresas do Sector sobre aquilo que pretendia fazer para por isso em funcionamento e ao Serviço dos Municípios, depois de procurar junto de outras Câmaras qual o procedimento escolhido para entregarem e porem a rede de Gás em funcionamento não chegamos a grandes conclusões, umas foi por Protocolos outras as empresas faziam a rede de Gás e exploravam-na, não encontramos nenhuma Câmara com uma rede de Gás da própria autarquia. De maneira que neste sentido e dado que se trata de uma Concessão fomos para a situação do Edital como fomos quando se trata de aluguer de um bar ou coisa do género em que se irá publicar em Diário da República e nos Jornais de maior visibilidade, portanto as Empresas do Sector a nível do País podem assim concorrer apresentando o seu melhor preço. Como poderão constatar no Edital faz parte também ou nos documentos anexos um preço mínimo de Concessão, um preço mínimo que é de meio milhão de euros, dirão assim este preço caiu do Céu donde vem e com que base. Depois de ouvidas algumas empresas constatou-se quer o valor andaria na ordem dos quarenta euros por metro linear, portanto pusemos um preço base para que não viesse a haver apenas uma única empresa que se apercebesse que era o único concorrente e que viesse mandar um preço por baixo, com base no preço do metro linear chegou-se a esse preço que é mais ou menos também o custo efectivo dos nove mil metros de rede que a Câmara tem. Depois meteu-se um outro factor também que foi a renda mensal, também com a devida ponderação na análise como critério de adjudicação. Face a isto as Empresas são livres de concorrer poderão dizer que não se definiu um preço ao consumidor, eu entendo e nós entendemos que não se deveria ter definido porque isso vai ser o mercado que o vai

ditar, isto é a Empresa que ganhar a concessão das duas uma ou o vende a preços perfeitamente acessíveis ou então não o vende e a rede não lhe serve para nada. Ele vai ter que concorrer com aquilo que estiver no mercado. Depois também acrescentar a título de esclarecimento o seguinte o sector do Gás está em evolução ... (ouviram-se vozes da bancada que o Edital não era igual) neste não consta digamos o preço mínimo porque introduziu-se em Reunião de Câmara salvo erro já, ou antes da Reunião de Câmara, na Reunião de Câmara o valor de meio milhão de euros como preço mínimo mas os critérios no fundo são esses. É o pagamento de uma renda mensal e a responsabilidade pela Ampliação das Redes que venham a ser feitas nos Bairros que ainda não estão, como por exemplo o Bairro do Canto ao fazer as infra-estruturas a Empresa que ganhar ficará já com a responsabilidade de ela própria fazer a rede de Gás. Também fica a cargo da Empresa ganhadora a certificação das redes de Gás, porque nem todas as Empresas certificaram e elas vão ter que passar por um processo de certificação e a empresa que ganhar irá ter que certificar as redes que mesmo hoje a Câmara tem. A Gás só temos a nível de Mogadouro e eu ia dizer há bocado depois passou-me, que esta Concessão e o interesse das Empresas também se prende em grande medida com a liberalização prevista do Sector a partir de 2008 ou 2009. Neste momento será para Gás propano mas eu creio que está em estudo ou mais ou menos já informada, digamos, a possibilidade de virmos a ter Gás natural. E o objectivo e interesse das Empresas não será já propriamente o Gás propano, o fornecimento do Gás propano mas no futuro com certeza o Gás Natural, com esta correcção o Edital que foi aprovado em reunião de Câmara proponho que seja aquele que aqui se ponha a votação. No fundo o Edital reza estes pontos que eu foquei aqui que é a questão do pagamento da Concessão a um preço mínimo de meio milhão de euros, um preço que eles irão propor que entrará com o critério de avaliação que é o pagamento mensal de uma renda mensal e a responsabilidade pela Ampliação das redes e também com a responsabilidade de fazer a certificação e licenciamento das redes existentes”. (ouviram-se novamente vozes da bancada) -----

-----O Presidente da Assembleia disse: “ assim não vamos a lado nenhum meus amigos, façam favor de ir aí ao microfone senão não fica gravado. -----

-----O Doutor João Henriques diz que percebeu a dúvida do Deputado Ilídio Martins e o Senhor Presidente da Assembleia disse-lhe para o esclarecer. -----

► **JOÃO HENRIQUES** já no uso da palavra disse: “ é nos critérios de avaliação Ilídio, ou seja a gente diz assim para entregar uma proposta, entregamos a proposta vamos avaliá-la com vários itens que ela tem e para chegar ao fim e dizer assim: esta vale mais para nós do que aquela e então temos aí assim setenta por cento no valor base que cada um apresenta o que

quer dizer que o que apresentar uma proposta maior de base vai até setenta por cento nesta avaliação e depois a renda que não tem nada a ver, não é indexada ao valor inicial que mandarem para proposta, e aquilo que eles propuserem de renda mensal. Eu proponho um valor o meu amigo propõe outro valor maior e neste quinze por cento é que vamos continuar a somar até ver qual é que é a proposta mais vantajosa para o Município portanto esta percentagem só tem a ver com avaliação e classificação da proposta. --
-----Julgo que já perceberam que não se aceitam propostas com valor inferior a meio milhão de euros, inicial, foi o que foi aprovado em Câmara e é aquilo que se deixa já aqui, foi-se buscar a alteração, não se aceita nenhuma proposta com valor inferior a meio milhão de euros, que fique claro nesse sentido que é aquilo que está aqui posto à votação e não esse documento que era o documento inicial e que deixava aqui uma abertura que a gente não sabia por quanto é que podiam concorrer, o mínimo a aceitar é meio milhão de euros”.

► **ALBINO RODRIGUES** pediu para intervir e disse: “ é uma infra estrutura eu acho que sim mas o que me parece é que volto novamente à, se poderia ir um bocadinho mais longe e tentar ver se as economias de escala, porque eu entendo que é um privado e as economias de escala é mais rentável ser só a Câmara fica aqui juntinho, se seria possível, se calhar se compensaria o Concelho.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** pôs a votação a Concessão, Exploração e Ampliação da rede de Gás da Vila de Mogadouro – Aprovação de Edital que foi aprovado por unanimidade.

-----O Presidente da Assembleia anunciou o próximo ponto: -----

-----**Outros Assuntos**-----

-----Sobre os outros assuntos vamos recolher inscrições. Quem é que se vai inscrever sobre este ponto? -----

-----Quanto ao Edital que faltou aqui a Câmara ficará encarregada ou de nos mandar a nós e nós reenviamos ou de mandar directamente aos Senhores.-----

-----Temos aqui uma Proposta e uma Moção, vou ler a Proposta para por à votação e depois seguidamente a Moção também para por à votação. -

-----Proposta – Considerando a grande quantidade de papel que se consome no envio da documentação para todos os membros da Assembleia Municipal, a tendência actual para a transposição de informação e documentação de suporte em papel para o suporte informático nomeadamente em organismos públicos, a grande redução de custos nomeadamente a nível ambiental poderá advir da implementação dessa transição. Propomos que a documentação fornecida aos membros da Assembleia Municipal passe a ser distribuída em suporte informático, no entanto tendo em conta que a compreensível dificuldade de alguns membros na utilização de novos meios tecnológicos que a transferência do

processo implica poderá provocar alguma hesitação nesta passagem à idade informática deste organismo, entendemos que esta transição deverá ser feita de forma progressiva e sustentada assim propomos também que seja possível numa fase transitória de duração a definir que cada membro possa optar pelo tipo de suporte em que se pretende receber essa documentação, em papel, em CD ou até por correio electrónico. Solicitamos que sejam tomadas todas as medidas necessárias quer a nível de procedimento de secretariado, quer a nível de apoio dado aos membros da Assembleia nomeadamente no campo da formação de modo a tornar o referido período de transição o mais curto possível. -----

-----Temos aqui uma proposta que no fundo já foi em traços largos, acho que até discutida e quase que apoiada, de qualquer das formas deixo à consideração dos Senhores. -----

-----Quer fazer algum comentário relativamente a esta proposta? Tenha a bondade antes de a pormos a votação”. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** usou novamente da palavra e disse: “ a proposta que agora se apresenta já em tempos foi adoptada como prática e parece que não resultou porque havia muita gente que não tinha acesso a meios informáticos, lembro-me que no inicio da minha presença aqui nesta Assembleia houve um problema desse tipo, até nós inclusive a nossa bancada abandonou uma votação porque não tínhamos tido acesso às contas ou uma coisa desse tipo. Eu se calhar metia aí uma introdução do tipo que a pessoa pudesse optar por receber da forma que entender.-----

-----O Presidente da Assembleia interrompe para dizer que: “ vamos adaptar-nos à nova hera tecnológica, vai adaptar-se quem quer, alguns já pediram que já tenho aqui uma relação, estes aqui já não vão receber por papel. Admite a três situações e-mail, CD e suporte em papel. Quem não está familiarizado com as novas tecnologias se quiser continuar a receber em suporte de papel deixa aqui o nome e nós enviaremos em suporte de papel, quem quiser numa medida transitória em CD, quem quiser em suporte mais moderno e que utilize o computador como aqui alguns dos Senhores utilizam e têm e-mail todos os dias poderá receber por e-mail, isto reduz substancialmente os custos à autarquia em papel, trabalhamos todos para a defesa do meio ambiente, a nível de fotocopiadora suprimos reparações na ordem dos quatro mil euros e cinco mil euros e à semelhança do que tem feito a Assembleia da República que foi fazer uma guerra ao papel, a nós também nos compete começar a fazer alguma guerra ao papel, eu acho que esta proposta é muito pertinente, eu vou naturalmente abrir o leque de intervenções, melhorá-la penso que será difícil porque ela contempla tudo, os itens todos, de qualquer das formas quero deixar à consideração”. (ouviram-se vozes da bancada que pediram para ler novamente a proposta) -----

-----O Presidente da Assembleia passou à sua leitura novamente na íntegra. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse “ eu penso que esta proposta é bastante clara, contempla todas as situações possíveis para receber em papel, em CD ou via e-mail, não sei qual é o problema em interpretar, além do mais julgo que já circula ali na mesa uma listagem com o nome de pessoas que já se disponibilizaram para receber a documentação, mas penso que é possível conciliar as duas coisas a proposta com a listagem de pessoas que já se disponibilizaram para receber a documentação por essa via, acho que podíamos chegar a um consenso e elaborar então uma listagem em que cada um à frente do seu nome ponha a forma como quer receber a documentação ou em papel, ou em CD ou por e-mail. Acho que é a forma mais simples de resolver o problema”. -----

► **MIGUEL RITO** usou da palavra e disse: “ eu tenho mais uma proposta a acrescentar a essas três é: visto que a Câmara tem um avençado Técnico de Informática elaborar um site só da Assembleia Municipal de acesso restrito aos membros da Assembleia em que é atribuído um código e a senha de acesso onde está disponibilizada toda essa informação e o mesmo pode ser para a Câmara em relação aos Vereadores. É uma proposta em que cada um está em casa sossegadinho, mete a sua senha que a própria Assembleia Municipal fará constituir e a sua senha de acesso, é distribuída a cada membro e quem tiver disponibilidade ou receber por e-mail, ou receber em papel ou em CD, além disso a convocatória acho que deve ser sempre enviada por carta em papel. O Técnico avençado de Informática já tem muito que fazer”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** voltou a intervir e disse: “ aceitamos plenamente essa ideia, é mais uma alternativa, estamos perfeitamente de acordo, nada a obstar”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ estou de acordo com a proposta apresentada, só quero dizer que há aí uma coisa que me mete alguma dúvida. Quando falam em período transitório, podia-se eliminar este período transitório e deixava-se à vontade de cada um dizer desde já qual era o sistema que queria porque o período transitório... a fixar quando? Por quem? Como? E Quando? Dava-se a informação aos Serviços de apoio à Assembleia, cada um de nós daria qual era o sistema que neste momento pretendia, quando quisesse mudar comunicar-lho-ia obrigatoriamente, eliminar da proposta só o período de transitoriedade e aditar-lhe que seria comunicado verbalmente por cada um de nós aos Serviços de apoio da Assembleia o sistema que pretende”. -----

► **VÍTOR BATISTA** usou da palavra e disse: “ relativamente a esta proposta e esta proposta já veio aqui e gerou-se uma confusão à volta dela e não gostaria neste momento de ver gerar alguma polémica à volta de uma proposta que é nobre e nos dias de hoje não se compreende e nos dias de hoje não se compreende como é que podemos estar a pensar numa forma tão derrotista e tão retrógrada, quer dizer que esta proposta quando resolveu

ser implementada o problema não foi na proposta, o problema foi um problema técnico que o formato em que os documentos foram enviados não eram compatíveis com os sistemas que os computadores possuíam, era um problema técnico, não era um problema proposto por isso a assembleia terá a responsabilidade de com base nesta proposta que lhe dá liberdade no período de transição que ela define para implementar toda a logística técnica ou administrativa para por em prática esta proposta. O período de transição é precisamente para a assembleia recorrer tecnicamente de quem sabe para poder implementar esta técnica Só vos peço atenção, tornar as coisa rígidas e optar por várias soluções pode criar problemas técnicos. Atenção aos e-mail, os e-mail nem sempre funcionam, o peso ou seja os bytes de um documento podem não entrar na caixa e uma pessoa a pensar que recebeu ou a pensar que enviou e recebeu do outro lado. Há várias alternativas, o formato deve ser também definido, o formato PDF poderia ser uma solução, convertê-los nesse formato, não sei se haverá outras formas mais simples, a que o Miguel apresentou também é uma solução Há várias alternativas, era o formato, eu só queria chamar a atenção ao formato. Eu costumo dizer que o mais seguro e é este o nosso objectivo que é reduzir o papel e reduzir os custos que envolve e não só e os problemas ambientais que estão associados, para mim o mais saudável e o mais garantido é mandar a convocatória com CD. Se alguém quiser outra forma pode-o solicitar mas o que deverá ser garantido é o CD porque aí tem-se a certeza que se recebe”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou novamente da palavra e disse: “ então tiraríamos duração a definir, não há duração, a duração é uma ambientação ao próprio sistema. Vamos propor a proposta com as alterações que foram sugeridas e também com a sugestão do Senhor Presidente da Junta de Bruçó (criação de um site reservado aos membros da Assembleia Municipal cujo código de acesso irá ser fornecido logo que ...) eu acho que a linha mestra é avançarmos com o processo, evidentemente que na próxima reunião talvez ainda não tenhamos sido sucedidos a cem por cento mas o encaminhamento é progressivo porque logo que os serviços e uma vez que a Câmara dispõe deles há-de naturalmente ajudar na resolução desses problemas, para que? Para que chegados se calhar daqui a um ano nós tenhamos frutos desta proposta que no fundo é para suprimir a quantidade de papel e também tirar o imenso trabalho que dá. Com estas alterações vamos então proceder à votação”. -----

-----Aprovado por unanimidade o Presidente da Assembleia agradeceu o contributo que deram à Assembleia e a eles próprios. -----

-----De seguida o Presidente da Assembleia passou a ler uma Moção que a seguir se transcreve: A Assembleia Municipal de Mogadouro reunida em trinta de Abril de dois mil e sete decide: -----

-----Primeiro Solicitar ao Governo informação sobre as verbas do

QREN atribuídas ao Concelho de Mogadouro e ao Nordeste Transmontano.
-----Segundo exigir ao governo a criação de um organismo de acompanhamento da aplicação de verbas do QREN para o Nordeste Transmontano representativo entre outras das autarquias e das Associações Sindicais e Empresariais. (ouviram-se vozes da bancada) -----

-----Parece-me que a de Bragança é muito limitativa, reporta-se ao Concelho de Bragança e Nordeste Transmontano então nós acho que estávamos a ficar um bocadinho excluídos e eu ia dar conhecimento dela, aliás mandei a toda a gente porque eles também nos pedem o nosso apoio acho que o devemos dar simplesmente os Brigantinos são muito bairristas primeiro eles, depois eles, depois eles e nunca os outros, então esta nasce precisamente em consonância com esta mas para reforçar a nossa própria identidade que é o Concelho de Mogadouro. (ouviram-se vozes da bancada) -----

-----O Presidente da Assembleia leu novamente a Moção. -----

► **MANUEL TIBÉRIO** voltou a intervir e disse: “ não existem verbas do QREN para o Concelho de Mogadouro, para o Distrito de Bragança etc., o QREN tem programas territoriais e programas temáticos, o Governo não sabe quais são as verbas destinadas ao Concelho de Mogadouro, nem ao Concelho de Bragança, nem ao Distrito de Bragança, parece-me que estamos aqui numa figura de pedintes de dizer ao Governo, afinal quanto é que temos a receber do bolo, não é isso que está em causa, não existe bolo para nenhum Concelho, para nenhuma aldeia, para nenhuma região, para uma região sim porque existem os programas operacionais Norte, etc., etc. As verbas a que temos direito nós depende da nossa capacidade de levantar programas e projectos para as financiar-mos através do QREN e no âmbito dos diferentes programas operacionais. Não me parece lógico estar a perguntar ao Governo qual é a nossa fatia, nós Concelho de Mogadouro a quanto é que temos direito. Não sei se tenho razão ou se estou correcto, não sei, posso estar esta é a minha perspectiva. Eu acho que essa Moção deve ser retirada”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** já no uso da palavra disse: “Senhor Deputado, esta é uma Moção como todas as outras às vezes que aparecem, às vezes bem elaboradas outras vezes menos elaboradas. Eu remeto a defesa da Moção para quem a elaborou”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou novamente da palavra e disse: “se bem sei o Nordeste Transmontano também está incluído no Norte de Portugal e se há verbas destinadas no PO Norte obviamente o Nordeste Transmontano terá acesso a elas, nunca será demais perguntar ao Governo (ainda que a Moção tenha que sofrer alguma alteração), mas perguntar ao Governo quais são essas verbas, de que forma estão disponíveis e mais esclarecimentos acerca do QREN porque penso que é um pouco isso que falta a muita gente. A Moção pode ser alterada nesse sentido; solicitar quais serão as verbas que poderão estar disponíveis. Isto vem um pouco na sequência de

não se saber muito bem..., aquela falta de esclarecimento que há em relação ao QREN por parte de muita gente mas de facto para outros investimentos as verbas já estão afectadas ou pelo menos o Governo já tem forma de as afectar porque eu consultei na Internet o programa operacional temático de valorização do território que elas estão já todas afectadas ao tipo de obras a que se destinam”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interrompeu e disse: “ Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD os Senhores têm todo o direito de apresentar as Moções que entenderem, é uma das competências suas aqui nesta Assembleia, do lado da oposição os Deputados também têm o dever de julgarem conveniente ou inconveniente esta Moção, a razão desta Moção está na sua apresentação, evidentemente que lhe compete a si como primeiro preponente se a quiser melhorar, melhora-a, se quiser retirar, retira, se quiser que seja discutida como está, é discutida como está, se for votada é se não for votada paciência.-----

-----A Assembleia Municipal de Bragança também fez uma embora com um conjunto de considerandos, esta está muito sintética mas no fundo, no fundo, penso que resume o que aí está e já agora como eles nos pedem apoio, vou dar conhecimento do assunto que os Senhores já têm aí na vossa mão. -----

-----Assunto (Verbas do QREN) -----

-----Para os fins que tiver por convenientes tenho a honra de transcrever a Vossa Exa. Assembleia Municipal de Mogadouro a Moção que foi aprovada por unanimidade na primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e seis do mês findo e relacionada com o assunto mencionado em epigrafe -----

-----Moção – considerando que todos os anos são anunciados milhões de euros de várias proveniências para o investimento da região; considerando desvio indevido de verbas dos anteriores quadros comunitários de apoio para as regiões do litoral, desvirtuando até a sua razão de ser; considerando que com a concentração no litoral do investimento dos três quadros comunitários anteriores se acentuou a situação gravíssima de atraso e desertificação, de todo o interior, e em especial da nossa região; considerando que o QREN deverá ter necessariamente critérios que possibilitem o ressarcimento dos prejuízos até agora impostos à região; considerando a necessidade urgente de sustentar o processo de desertificação de região, a requerer investimentos vultuosos estruturantes para que o QREN será um instrumento decisivo e considerando que existem experiências anteriores de criação de organismos sub – regionais, de que são exemplos o programa operacional do vale do Ave ou mais recentemente a Unidade de Missão do Douro-----

-----A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 26 de Fevereiro de 2007 decide: -----

-----1- Solicitar ao Governo informação sobre verbas do QREN atribuídas ao Concelho de Bragança a ao Nordeste Transmontano; -----

-----2- Exigir do Governo a criação de um organismo de acompanhamento da aplicação das verbas do QREN para o Nordeste Transmontano representativo, entre outras, das autarquias e das associações sindicais e empresariais; -----

-----3- Solicitar às Assembleias Municipais do Distrito a adesão a esta Moção. -----

-----Aquilo que nos pedem é solicitarmos a adesão a esta Moção, quem concorda com esta Moção emanada da Assembleia Municipal de Bragança faz favor quem vota contra ...” (foi interrompido pelo Deputado Manuel Tibério)

► **MANUEL TIBÉRIO** interrompeu e disse: “ não há verbas do QREN atribuídas ao Concelho de Bragança. O Martins diz que viu na Internet o QREN”...(O Deputado António Martins respondeu) -----

► **ANTÓNIO MARTINS** disse: “ infelizmente não vi porque de facto para o nosso Distrito e para a nossa região apenas vem contemplado o IP4 Vila Real – Quintanilha, em todo o conjunto de grandes obras que o Governo prevê candidatar ao QREN ou através do QREN não temos mais nada, temos zero”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou novamente da palavra e disse: “ Senhor Deputado Tibério vamos lá ver se a gente se entende. A mesa tem que tratar os documentos como os recebe, tivemos uma Moção pode ser a seu gosto ou não ser mas é uma Moção, a Moção foi apresentada e naturalmente pelo valor das vossas introduções foi feita uma alteração; por ventura o Senhor Deputado Tibério até pode dizer assim mas isso no contexto Nacional é zero, isso não vai valer nada até se vão rir com ela, é capaz de ter razão mas, também quem a apresenta diz assim não nós também fazemos ver ao Governo de que também somos gente porque se houve comissões a nível governamental para resolver o problema do Vale do Ave e do douro e não sei quê, por ventura se nós também dissermos que realmente já estamos a ser espezzinhados à muitos anos com o afastamento cada vez mais do interior, naturalmente quem sabe se também será criada uma comissão. Se for muito melhor se não for paciência, mas pela sua intervenção votará de acordo com a sua posição; naturalmente que a Moção, se ela vier aqui à mesa e se o grupo parlamentar me pedir para ela ser votada eu tê-la-ei que a pôr à votação, o resultado é o que sair da vossa vontade”.-----

► **ILÍDIO MARTINS** já no uso da palavra disse: “ O Senhor Presidente da Assembleia está a querer pôr uma Moção votada na Assembleia Municipal de Bragança, está a querer pô-la à votação nesta Assembleia, eu não lei aqui nada disso, eu leio o seguinte: para os fins que V. Exa. achar por convenientes, ora V. Exa. entende que vamos votar uma Moção que já foi votada no Município de Bragança e que ainda por cima nos diz respeito

parcialmente. O senhor é que está a entender que quer votar porque o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Bragança não lhe está a pedir isso, está a dizer-lhe para os fins que entender por convenientes; ora são mais convenientes, eu se estivesse no seu lugar faria o seguinte, são mais convenientes dar a conhecer à Assembleia o teor dessa Moção. Chega e é suficiente, e até teve uma virtude, que foi servir de inspiração para o alertar da situação fazendo uma Moção idêntica, já teve alguma solução agora estar a votá-la, por amor de Deus”. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “ eu como tenho duas ou três questões se calhar apresentava tudo de uma vez para depois daqui a bocado não ter que voltar cá, também me vou demorar pouco tempo, eu queria começar por desejar à nova funcionária desta Assembleia um bom trabalho à frente desta Assembleia. -----

-----Em relação à Moção penso que o QREN não é um saco de dinheiro que se faça a distribuição dele, esta parte vai para ali, aquela vai para além, aquela vai para além. Eu penso que o dinheiro do QREN será em função das candidaturas apresentadas em cada região e portanto nós vamos ver as candidaturas que surgem aqui na nossa região, se aqui de Mogadouro vão surgir muitas candidaturas, poucas candidaturas. Qual é o âmbito dessas candidaturas? Penso que o QREN funciona essencialmente assim, agora naquilo que disse o Senhor Presidente da Assembleia estou inteiramente de acordo, que realmente o interior nos últimos anos tem perdido peso em relação ao litoral, isso é inteiramente verdade e é importante que realmente se conjuguem forças para se pudermos invertermos essa situação. Agora concretamente ao QREN e neste momento não será com certeza uma Moção ou duas a de Bragança e a nossa que vai com certeza alterar porque como disse no início o fundamental são as candidaturas apresentadas ao QREN e isso é que vai ser de facto decisivo. No meu entender as Moções nunca são de mais e só nós tivermos que mandar para lá as Moções a dizer que não estamos contentes com aquilo que o interior está a receber está inteiramente correcto e eu não me oponho a qualquer Moção. -----

-----Agora de seguida tinha aqui uma questão para apresentar ao Vereador Pimentel e peço desculpa por não ter intervido no momento mas pedi a palavra e já não me foi concedida porque já estava fora do prazo do uso da palavra, é só sobre a sua visita à Itália, possível instalação da fábrica em Mogadouro, gostava que nos esclarecesse em relação a isso”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** voltou a usar da palavra e disse: “relativamente à Moção que eu pedi para ser votada, como diz aqui para os fins que tiver convenientes ou entender por convenientes podia entender uma das duas coisas ou apresentá-la ou não apresentá-la. Tendo em conta que o ponto 3 nos diz solicitar a nossa adesão, eu também não vejo qualquer tipo de inconveniente mas uma vês que vai ser apresentada a outra

proposta esta fica em standby. Associamo-nos às preocupações da Assembleia Municipal de Bragança. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou novamente da palavra e disse: “ nós pretendemos que esta que apresentamos à mesa seja mesmo votada com as alterações que introduzimos posso passar à sua leitura uma vez que foi rasurada, posso passar eu a lê-la: -----

-----A Assembleia Municipal de Mogadouro decide: -----

-----1º Solicitar ao Governo informação acerca da intenção do Governo em afectar verbas do QREN para infra estruturas/equipamento a que o Concelho de Mogadouro e Nordeste Transmontano poderão ter acesso; -----

-----2º Exigir ao Governo criação de um organismo de acompanhamento da aplicação das verbas do QREN para o Nordeste Transmontano representativo entre outras das Associações Sindicais e Empresariais. É uma Moção em tudo semelhante à de Bragança mas que se refere mais em concreto ao nosso Concelho. Já agora só acrescentar que a de Bragança foi aprovada por unanimidade. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** pôs de seguida a Moção a votação, sendo interrompido por o Senhor Deputado Vítor Batista que disse: “ Senhor Presidente, eu depois desta proposta estava à espera de a poder pelo menos discutir e fundamentar” O Senhor Presidente da Assembleia disse: “ qual proposta? Esta? Esta já lá vai. Senhor Deputado tenha paciência, naturalmente estava distraído como estão alguns aqui”. O senhor Deputado voltou a interromper e disse: “ foi posta logo a votação e eu gostaria que ela merecesse alguma discussão e o porquê das alterações e pelo menos para se justificarem as alterações, eu gostaria de ter oportunidade de falar sobre ela.”-----

-----“A mesa entende que a proposta foi votada com zero votos contra, seis abstenções e trinta e oito votos a favor, tudo todas as intervenções que digam respeito a esta proposta são consideradas por a mesa extemporâneas, não fazem sentido por ventura poderão regressar numa outra altura que há-de haver com certeza. -----

-----Íamos nos outros assuntos também e dar a palavra ao Senhor Presidente da Junta de São Martinho, que prescinde, Senhor Presidente da Junta de Bruçó”. -----

► **MIGUEL RITO** já no uso da palavra disse: “só queria alertar a Câmara Municipal para o problema da sinalização horizontal e vertical da estrada entre Bruçó e Vilarinho. As riscas desde que foi feita a estrada, levou a primeira pintura no chão nunca mais levou nenhuma, é uma zona que cria muitos nevoeiros, há pessoas sempre a transitar entre Bruçó e Vilarinho que é o apoio domiciliário que serve Vila de Ala, Vila dos Sinos, Vilarinho, é um problema que ali está e também colocação de alguma sinalização vertical nalgumas curvas onde já se deram alguns acidentes, felizmente nada de mal para as pessoas mas em termos materiais alguns acidentes

tiveram consequência. Agradecia que tomassem atenção e providenciar alguma solução para esse problema”. -----

► **ZITA FRANÇA** já no uso da palavra disse: “ a minha intervenção vinha no sentido da matéria que foi votada portanto ficou arrumada, no entanto agradecia que o executivo, dada a diversidade que há para tempos livres, que fizesse uma maior divulgação até por as aldeias para não sermos sempre os mesmos a participar, é que há uma Senhora que frequenta os cursos que diz que em Lisboa há o JET SETE, em Mogadouro há o JETE CINCO, porque estão na Pintura, estão na Dança, estão na Joalheria e com tanta gente que está nesta Assembleia a ver se à uma maior divulgação para não serem sempre os mesmas pessoas a participar em tudo, até porque somos um Concelho onde temos muitas actividades de tempos livres, portanto a ver se há uma maior divulgação para no momento das inscrições não estarem as mesmas pessoas a inscreverem-se em tudo”. -----

► **MANUEL FOLGADO** usou da palavra e disse: “eu queria alertar a Câmara Municipal se o Polidesportivo que está a ser construído em Bemposta está nas medidas legais ou não, caso não esteja era favor, porque pode um dia não ser útil para nada”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “para começar queria dizer ao Senhor Deputado e Presidente da bancada do PSD, ao Martins que todos os quadros comunitários até hoje existentes em Portugal tiveram equipas de controle e de fiscalização, não vão ser formadas só para este último, as outras todas elas tiveram, se funcionaram mal ou bem isso é outro assunto, mas todas tiveram, esta também tem não vai ser preciso criar outro. -----

-----O outro assunto que me trás aqui foi de facto a minha intervenção de manhã como o Senhor Presidente disse que me iria dar..., o Senhor Presidente vai permitir-me ler estas palavras, quanto aos comentários da minha intervenção da parte da manhã, quando me referi aos Senhores Presidentes da Junta de maneira alguma eu queria ser mal interpretado e de maneira alguma eu queria que houvesse comentários. Já agora isto que queria dizer de manhã e que depois houve comentários mais se vai reflectir agora no final desta Assembleia quando nós votamos de facto uma proposta de alteração do recebimento da informação e da correspondência por parte da Assembleia, está tudo ligado, só não gostaria que houvesse comentários mas que pensassem e que reflectissem sobre estas minha palavras, alguns irão achar bem outros não. Como eu disse de manhã os Presidentes da Junta trabalham muito, porque os seus ajudantes Executivos, Secretários e Tesoureiros e alguns Presidentes da Assembleia não desempenham correctamente as suas funções, há uns que desempenham, esses mantêm-se eu estou para as pessoas que realmente vão reflectir sobre esta situação. Essas são desempenhadas pelo Presidente que acumula tudo, isto na grande maioria é verdade, ninguém tem dúvida nenhuma, ma certeza porém que é capaz de haver Secretários que fazem as vezes do Presidente, que

controlam o Presidente, há de tudo. A minha intenção não foi bater nem criticar ninguém, nem ouvir comentários como depois ouvi dos Presidentes. A minha intenção foi a de fazer pensar as pessoas e no caso dos Presidentes porque de facto toda a gente sabe que isto acontece, para poder melhorar alguns aspectos podemos mudar antecipando-nos ao tempo. Todos sabem que isto acontece e com o passar do tempo senão ouvir de facto esta evolução e esta informação as pessoas não têm condições para ocupar determinados cargos. Agora vou ficar-me por aqui nesta questão dos Presidentes de Junta e Secretários e Tesoureiros dizendo desde já que numa próxima altura irei debater este assunto também com o Executivo Camarário”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou novamente da palavra e disse: “prometo que é a última vez que venho hoje aqui a esta tribuna e vim aqui para de algum modo corresponder ao pedido do Senhor Presidente da Assembleia que há momentos solicitou ajuda para que os trabalhos corressem da melhor maneira possível, eu não tenho vocação de samaritano de qualquer dos casos por solidariedade para consigo deixo aqui algumas sugestões, não são conselhos, não são ordens, não são nada, samaritano é que não sou. O Senhor Presidente classificou como aligeiradas algumas considerações feitas da parte da manhã, por a minha parte devo dizer que foram o mais pensadas possível com o pouco costume que Deus me deu mas cada um faz fogo com as armas que tem. O Senhor Presidente também disse que quando tinha estado na oposição, que esteve algum tempo na oposição, que aprendeu pouco nesta Assembleia, eu faço votos para que em breve volte a essa posição de oposição e então faça uma cura e tenha maior aproveitamento nessa posição. Da parte da manhã quase a terminar os trabalhos eu fiz um pedido de esclarecimento sobre uma intervenção acabada de ser aqui feita pelo Senhor Deputado António Martins, não me foi permitido ripostar, falar mas devo dizer que o artigo 29 do regimento é bem claro quando diz que a palavra para esclarecimentos limitar-se-á à formulação sintética da pergunta e da respectiva resposta sobre a matéria enunciada pelo orador que tiver acabado de intervir que era o caso, os membros da Assembleia que queiram formular pedidos devem inscrever-se logo que finde a intervenção do membro anterior, foi o que eu fiz, o que é que eu queria, não em relação à questão pessoal, o que eu pretendia e tão só era um esclarecimento sobre a intervenção dele a propósito do que eu tinha dito anteriormente, isso não me foi permitido espero que da próxima o regimento seja cumprido. É claro que as questões particulares ficam para outro lugar, cada macaco no seu galho, o que é particular lá fora o que é institucional e de ordem de interesse desta Câmara Municipal deve ser até que por respeito para com todos os membros desta Câmara, deve ser perfeitamente discutido aqui e este recado serve para mim, para os Senhores membros da Assembleia Municipal e para os Senhores membros

do Executivo, serve para todos. Os assuntos que são públicos são para tratar em público e no lugar correcto. Queria também lembrar-lhe que cada membro inscrito no período da ordem do dia tem direito a duas intervenções, há bocado levantou-se esse problema mas o Senhor sabe isso melhor do que eu. Este regimento foi votado em Fevereiro de 2002, espero que ainda não tenha falecido e é por isso que serve para cumprir. -----

-----De acordo com o que eu entendo da leitura deste regimento e da leitura da Lei Quadro também não percebo como é que uma Moção da Assembleia Municipal de Bragança possa ser votada nesta Assembleia, não vejo que esteja aqui enunciada qualquer Assembleia Municipal ou qualquer outra entidade estranha para poder propor nesta Assembleia a não ser que o Senhor Presidente ou alguém a perfilhasse, se fosse perfilhada por alguém, está aqui esta Moção que foi aprovada em Bragança e eu concordo com ela e torno-a minha, perfilho-a, nessa altura votar-se-ia; agora apresentá-la à votação e dizer veio de Bragança vamos votar isto, não tem cabimento nenhum, não é possível, não é legal, não é legítimo, não tem ponta por onde se lhe pegue dizendo uma só palavra. Todas as questões de interesse público devem ser tratadas aqui com a maior dignidade e coerência.-----

-----Sobre o trânsito em Mogadouro eu vejo com algum desgosto que os semáforos não ajudaram a resolver nada, propunha até que a melhor maneira de resolver o trânsito era desligar os semáforos, nota-se que o trânsito funciona melhor quando estão intermitentes, se estiverem apagados há uma poupança de energia. A Câmara deveria providenciar no sentido de constituir uma comissão que organizasse as regras de trânsito em Mogadouro, uma comissão que integraria a Junta de Freguesia, as autoridades policiais, os bombeiros, as escolas, o centro de saúde. Só para dar um exemplo há aí um determinado semáforo que tem indicação para peões e para automobilistas e há dez metros à frente uma outra passagem de peões sem qualquer indicação, há o perigo de um carro arrancar porque está verde e ter que fazer uma travagem forçada, se conseguir quinze metros à frente porque há uma passagem que por acaso é das poucas que ainda está visível e onde as pessoas podem ser atropeladas, está aí um perigo.-----

-----Noto por outro lado que a limpeza da vila, desde que foi entregue, ou talvez por ter sido entregue a uma empresa privada está pior, alerto sobre tudo para o que se passa na zona envolvente à igreja da misericórdia que está muito bonita, tem um muro bem reconstruído, tem um parapeito que apetece ser debruçado mas quando se olha para lá do nascente o que se vê é uma lixeira completa. Penso que seria uma altura boa de resolver esse problema.-----

-----Por último quando não há informação tem que se procurar rumores, eu ouvi por aí rumores de que teria estado nesta Câmara uma delegação da Policia Judiciária, se for possível ao Executivo responder se é

verdade ou mentira e no caso de ter sido verdade qual o tema tratado, sem claro querer forçar ninguém a violar o segredo de justiça que já anda para aí demasiado badalado”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra para responder ao Senhor Deputado Ilídio Martins e disse: “ eu já estou habituado a lidar com o estilo do Senhor Deputado Ilídio Martins há muitos anos, portanto já sei que quando ele diz as coisas não é para magoar ninguém, eu há bocadinho disse que entendo sempre as suas interpelações como intervenções críticas mas construtivas, acho que não é para ferir nem o órgão, nem a pessoa que de certa forma e ocasionalmente está a dirigir o órgão que sou eu próprio, todavia aceito e agradeço-lhe que as suas intervenções sejam para melhorar o funcionamento da Assembleia, mas olhe que também lhe quero dizer uma coisa; talvez eu não cumpra escrupulosamente os preceitos do regimento senão não o deixava falar tanto tempo porque o Senhor tem direito a falar duas vezes por cada assunto da ordem de trabalhos dez minutos, o senhor fala dezasseis, dezassete e eu não lhe disse nada, deixei-o falar. Se calhar é nisso que eu não cumpro escrupulosamente o regimento, o regimento é de 2001 só que a Lei é de 2002 e o regimento está, digamos adaptado à Lei e nós utilizamos a Lei porque já foi aqui utilizada, nós já quisemos uma vez fazer um alteração à ordem de trabalhos onde o regimento dizia por maioria, mas a Lei diz por dois terços e nós aplicámos a Lei, deve lembra-se bem dessa situação. Portanto nós aqui tentamos ser isentos, imparciais na condução dos trabalhos e respeito pelas pessoas sejam elas de que lados forem. Agradeço-lhe as suas intervenções mas olhe que eu cumpro escrupulosamente o regimento”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou novamente da palavra e disse: “ se me permite como é simplesmente par pedir um esclarecimento de que da parte da manhã não fiquei esclarecido e solicitava novamente à Câmara mas que desse de facto um esclarecimento que toda a gente entende-se e que se prende concretamente com o alinhamento da construção, que não existe esse alinhamento da construção das referidas bombas. O que é que a Câmara pensa dessa falta de alinhamento, de não estar a ser cumprido e o que é que pretende fazer neste caso e por isso queria da parte do Senhor Presidente uma resposta concreta, se de facto o alinhamento em relação à casa do Senhor Heitor é par ser seguido ou não é para ser seguido. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** já no uso da palavra disse: “ só mais duas notas mesmo finais, porque penso que fui o primeiro elemento a quem foi retirada a palavra e ainda bem pelo menos serve de exemplo aquando da discussão de um assunto, já não me recordo agora qual mas foi-me negada que a partir desse momento não seria possível mais inscrições. Espero que a partir desse momento seja igual para todos. Era para fazer uma chamada de atenção quando se estava a discutir acerca do assunto do Polidesportivo de Castro Vicente que se calhar está a acontecer-lhe o mesmo que lhe

aconteceu ao de Bemposta, que desde há dezasseis ou dezoito anos que anda a ser falado também passava de uns Planos para os outros e depois de facto o partido socialista quando pegou na Câmara resolveu o problema pura e simplesmente retirou-o dos Planos. Felizmente voltou quando o PSD voltou a pegar na Câmara e felizmente está em execução, o de Castro Vicente com certeza não perca a esperança, tenha fé que também há-de estar. -----

-----Também queria dizer ao Deputado Altino que de facto com todos os conhecimentos que ele tem do QREN estamos à espera de Moções que nós aprovaremos com certeza se elas forem vantajosas para o Concelho”.-----

► **MANUEL TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “Só para fazer uma sugestão a propósito do QREN, há muita falta de informação, as pessoas querem saber mais e ainda bem, eu sugiro à Assembleia Municipal ou à Câmara Municipal que promova um seminário sobre o QREN em Mogadouro, certamente que encontrará interlocutores do Ministério do ambiente que aceitarão vir a Mogadouro explicar o que é que é o QREN; não só do Ministério do Ambiente mas também de universidades que trabalham nestas matérias, eu inclusive com a minha modéstia e com os meus fracos conhecimentos posso também contribuir para isso e ajudar inclusive na organização e porque esta matéria já veio aqui duas vezes na Assembleia anterior e nesta acho que seria bom que a gente em vez de estarmos aqui a esgrimir coisas que fizéssemos melhor ”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ agradeço encarecidamente essa sua proposta, que não é proposta, ainda não tem a certeza de nada, de qualquer das formas eu acho que ficará mandatado por todos nós se por ventura puder trazer uma comitiva dessas faríamos uma reunião aqui a nível da Assembleia Municipal só para quem quiser, sem carácter de obrigatoriedade, não constitui qualquer tipo de despesa à Câmara e se pudermos fazer uma sessão dessas não vejo nenhum inconveniente”.(O Deputado Manuel Tibério interrompeu e disse: “ entenderá que estas coisas têm que ser tratadas a nível institucional”) -----

-----Temos aqui um outro assunto que também remeti para todos que nos pede também...Assunto: Reunião de trabalho-----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal como é do conhecimento de V. Exa. o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia designaram no ano de 2007 um Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para todos. Em consequência o Conselho de Ministros através da Resolução n. 88/2006, criou a estrutura de Missão do ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, na dependência dos Ministros da Presidência e do Trabalho e da Solidariedade Social, com a finalidade de garantir a execução de um programa de acção que decorrerá ao longo de 2007. O referido programa prevê a realização de Assembleias Municipais no âmbito da “Igualdade na Diversidade – Por uma Sociedade

Justa” e, para o efeito, a Assembleia Municipal poderá abordar uma ou várias temáticas do Ano Europeu, pelo que conto, desde já, com o desenvolvimento e a melhor compreensão de V. Exa. para consecução desta acção. Oportunamente, remeterei alguns materiais constituídos por cartazes, trípticos e faixas para os efeitos julgados convenientes e esclareço V. Exa. que informações adicionais poderão ser obtidas em www.igualdades2007.com.pt. -----

-----Chegaram alguns não chegaram para todos, era para os trazer para aqui hoje de manhã mas como não chegavam para todos..., o Senhor Governador até me disse que provavelmente mandava mais, de qualquer das formas são cartazes que se não vierem mais na próxima reunião, penso que também não vai demorar muito vão ser distribuídos, se vierem todos muito bem se não vierem todos, os que quiserem levar levam, isto é para conhecimento dos membros da Assembleia. -----

-----Outra informação que eu queria dar era avisar os Senhores Presidentes de Junta para levar o Recenseamento Eleitoral das suas Freguesias que estão a ser actualizadas, é um pedido que a Câmara nos faz para avisar os Senhores Presidentes da Junta.-----

-----Vamos pedir a intervenção do público se há, não há ninguém, vamos proceder à leitura da acta em minuta. (ouviram-se vozes da bancada) ----

-----Peço desculpa, pode e deve, esclarecimento total, abertura total”. ---

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** voltou a intervir e disse: “em primeiro lugar Deputado Dulcíneo acerca da fábrica, da ida à Itália, nós recebemos aqui um homem, um empresário de Vouzela que se propunha montar uma fábrica de rações para gado, julgo que era uma coisa muito boa mas pus certas objecções porque isto quando se trata se fábrica de rações e essas coisas todas temos que cuidar um pouco do Ambiente e pus-lhe uma objecção, olhe eu quando estava no Porto morava na Foz e na areosa que dista quase quinze quilómetros havia uma fábrica também de ossos e quando o vento era favorável lá ia aquela ventania e aquele cheiro para a Foz e aquilo era detestável, já não falo sequer nas zonas envolventes de um, dois, três, quatro quilómetros porque aquilo era insuportável e o homem disse-me que aquilo não cheira, disse que iam receber a matéria prima toda de Espanha naquela zona de Zamora, Salamanca e etc. é uma zona de produção de frangos, galináceos e nós vamos aproveitar todo esse manancial para montar aqui uma fábrica, disse também que não dava cheiro. Convidou-nos a ir a Itália ver outras fábricas para ver que não dava cheiro e como funcionam e de facto aquilo é uma autêntica maravilha se for montado como eles o têm lá montado e isso será uma exigência do nosso Ministério do Ambiente e de facto são uns pavilhões imensos onde eles fazem a transformação do sangue, das penas, das patas e de parte das asas dos galináceos, o sangue dá um tipo de ração que eles utilizam para peixes em viveiros, dá uma farinha seca, as penas a mesma coisa, são trituradas e

têm um alto teor de proteínas, 92% de proteínas, o resto dá rações não para peixes mas sim para cães. Eles queriam montar aqui a fábrica a matéria prima vem de fora, nós tínhamos que a montar aqui e depois a exportação era toda para o estrangeiro, fomos lá ver e de facto aquilo é uma maravilha não há cheiros, dentro do próprio pavilhão cheira, evidentemente, depois tem uns aspiradores imensos aquilo aspira e depois vai para sistemas de tratamento de ar e quando chega cá fora não há cheiros, isso não há dúvida nenhuma, aquilo era uma coisa de alto interesse para Mogadouro na medida em que ele fala em 130 a 150 postos de trabalho, exige apenas a concessão de terreno por 50 anos como aliás já temos cedido, cerca de cinco ou seis hectares para podermos montar isso. Ele ficou com gosto por aquela zona da estação, era um boa oportunidade de viabilizar aquele silos e pedir desde já à para nos deixarem modificar o trajecto daquele caminho, atravessar a linha no inicio da estação depois seguir para a estrada para libertar todo aquele espaço, seria fácil expropriar aquelas terras e ele montar ali a fábrica. Em alternativa se isto não for possível também a Junta de Freguesia de Vila de Ala tem a possibilidade de nos fornecer o terreno mas tem um impedimento que é parte desse terreno ou a quase totalidade desse terreno 80% pertencer à Reserva Ecológica. Estamos nisto, vamos tentar resolver a todo o custo esse problema.-----

-----Depois é para concordar com o Miguel Rito, com a Zita em que são boas situações em que nos avisam de problemas existentes, o senhor Presidente da Junta de Bemposta, Folgado, nós vamos verificar, eu agora não tenho na cabeça se aquilo tem exactamente as medidas, julgo que terá as medias, mas vamos verificar e vamos-lhe comunicar isso.-----

-----O trânsito e a limpeza, nós não adjudicamos a limpeza da Vila, a limpeza da Vila, a varredura continua a ser feita como era dantes, não foi adjudicada a ninguém. Quanto ao trânsito nunca se me pôs esse problema. -

-----Quanto à Policia Judiciária aqui é que houve uma queixa anónima e não naquele problema das bombas, vieram aqui fizeram-me algumas perguntas, fizeram também algumas perguntas ao Senhor Vice-presidente, fizeram algumas perguntas ao fiscal Marcos. Prefiro não falar nesse assunto a não ser na altura própria, de modo que está explicado tudo. (ouviram-se novamente vozes da bancada) -----

► **JOÃO HENRIQUES** usou da palavra e disse: “ em relação ás bombas, nós falamos tanto de bombas por aqui, qualquer dia até vem outra fiscalização. Em relação ás bombas eu volto a dizer e é muito simples, houve um projecto que deu entrada na Câmara, houve um projecto que foi analisado pela Divisão de Urbanismo e Meio Ambiente, pela chefe de Divisão que o informou, que disse que estava de acordo com o PDM e com todos os regulamentos aplicáveis e que está aprovado. Ponto final, tal e qual como são os outros todos, portanto se o Deputado Municipal quiser ver o processo, julgo que o pode ver, dirige-se ás obras particulares e

consulta-o, está à vontade para o poder fazer, tudo aquilo que está informado está informado pela Chefe de Divisão, cumpre o PDM, cumpre todos os regulamentos. Teremos oportunidade, já o explicamos também ao IGAT, agora tem que esperar um bocadinho, não pode pedir ao IGAT e à Câmara e tudo ao mesmo tempo. Há-de receber a resposta por parte do IGAT, por certo daquilo que nós lhe comunicamos e que há-de vir não sei se para o seu e-mail pessoal, se para a Comissão Política que depois lhe entrega a si mas isso já não nos diz a nós respeito”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----3. *Período de intervenção do público*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta. -----

-----Finda a leitura da Acta o Presidente da Assembleia põe á votação a acta em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -

-----Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Isabel Sarmento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

(Maria Isabel S. M. Preto)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Ilídio Granjo Vaz)

¹⁾ Esta acta é constituída por 36.822 palavras, distribuídas por 74 páginas e 3.175 linhas